

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GERALDO ANTONIO HESEN

**A DEMOCRACIA COMO UMA FERRAMENTA DE COERÇÃO EM MEIO A
EXPANSÃO DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA: O CASO DE CUBA**

Porto Alegre

2023

GERALDO ANTONIO HESEN

**A DEMOCRACIA COMO UMA FERRAMENTA DE COERÇÃO EM MEIO A
EXPANSÃO DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA: O CASO DE CUBA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof.^a. Dr^a. Silvia Regina Feraboli

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Hesen, Geraldo Antonio

A Democracia como uma ferramenta de coerção em meio a expansão da política externa norte-americana: o caso de Cuba / Geraldo Antonio Hesen. -- 2023.

74 f.

Orientador: Silvia Regina Ferabolli.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Democracia. 2. Política externa. 3. Estados
Unidos da América. 4. Cuba. 5. Intervenção. I.
Ferabolli, Silvia Regina, orient. II. Título.

GERALDO ANTONIO HESEN

**A DEMOCRACIA COMO UMA FERRAMENTA DE COERÇÃO EM MEIO A
EXPANSÃO DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA: O CASOS DE CUBA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 31 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr^a. Silvia Regina Feraboli

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a. Dr^a. Tatiana Vargas Maia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Meu processo de graduação, para além de um momento tumultuado de novas experiências, foi marcado por uma pandemia e por uma série de desenrolares que eu não teria vislumbrado em meus cenários mais fantasiosos. Nunca imaginei que faria parte da minha graduação em casa, ainda menos que a quase totalidade dela seria feita no interior de São Paulo, local em que tive que retornar para realizar minha graduação em Relações Internacionais em uma universidade a quase 1.200 quilômetros de distância da minha cidade natal.

Foi neste complicado cenário global que a minha admiração pelas Relações Internacionais desabrochou, uma vez que o meu interesse por esse campo, na contrapartida do que a maioria dos meus colegas e amigos esperaria, não era lá dos maiores. Contudo, foi neste momento atípico e instável que consegui achar cada vez mais vontade de me aproximar desta área.

Em meio a esse ciclo de surpresas e contratemplos, faz-se necessário e urgente agradecer aos múltiplos profissionais que me acompanharam nesta jornada, para além dos colegas com quem tive discussões políticas acaloradas.

Em especial, quero agradecer a professora Silvia, por ter aceitado me orientar e ter sido parte essencial para o meu interesse pela área de Relações Internacionais.

Ademais, gostaria de agradecer aos professores Vitor Pinheiro Grunvald e Paulo Peres, que, embora mal devam se lembrar de mim, foram os responsáveis pelas minhas disciplinas favoritas na graduação.

Também gostaria de agradecer a minha mãe e a minha avó, por terem ficado ao meu lado ao longo de todo esse processo, assim como meu pai e minha irmã.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer a UFRGS, que me acolheu e me propiciou a oportunidade única de ter estudado em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Nunca, nem nos meus mais mirabolantes projetos, pensava que estudaria em uma universidade em outro Estado, muito menos ainda na capital [mais ao sul do país. Contudo, foi nos corredores da FCE que realizei a minha graduação, embora as conferências no Teams e no Zoom tenham se configurado como os espaços mais ocupados ao longo deste complicado processo.

RESUMO

A relação entre a política externa norte-americana e a Democracia é pautada por uma longa e tortuosa história de interações. Enquanto uma ferramenta dos agentes políticos, a Democracia se configura como um dos mais importantes aspectos da agenda internacional dos EUA, sendo a sua utilização e instrumentalização fundamental para a compreensão do processo de expansão da política externa estadunidense. Isso posto, o propósito base do seguinte trabalho gira em torno da exposição histórica da utilização por parte dos EUA da Democracia, com vistas a responder uma pergunta base: como os EUA manipulam/instrumentalizam diferentes discursos sobre a Democracia, de modo a utilizá-los como ferramenta de expansão de sua política externa? De maneira mais instrumental, essa pergunta será respondida tendo em mente o trabalho de Tony Smith (2012), que divide a política externa norte-americana em quatro importantes fases: pré-clássica, clássica, hegemônica e imperialista progressista; o que será fundamental para que o seguinte trabalho seja capaz de sintetizar um período analítico tão longo em um número de páginas tão diminutas. Para tanto, será necessário traçar uma análise histórica do próprio processo de formação das diretrizes principais da política de propagação de regimes democrático, sempre mantendo-se em mente a Guerra Hispano Americana (1898), a consagração dos EUA como potência hegemônica na primeira metade do século XX, o embate entre norte-americanos e soviéticos e as questões com os diferentes regimes cubanos. Nesse sentido, o caso de Cuba servirá de base para a exposição dos mais variados aspectos da agenda internacional dos EUA, haja visto que Cuba se configura como um caso exemplar, muito em função do enorme destaque dado a ilha caribenha, sendo esse foco um fenômeno presente na história americana desde sua independência, o que só veio a ganhar maior destaque no contexto da Guerra Hispano-Americana e na guinada cubana a adoção de um regime socialista.

Palavras-chaves: Democracia. Política externa. Estados Unidos da América. Cuba. Intervenção.

RESUMEN

La relación entre la política exterior de Estados Unidos y la democracia está guiada por una larga y tortuosa historia de interacciones. Como herramienta para los agentes políticos, la democracia es uno de los aspectos más importantes de la agenda internacional estadounidense, y su uso e instrumentalización son fundamentales para comprender el proceso de expansión de la política exterior estadounidense. Dicho esto, el propósito del siguiente trabajo gira en torno a la exposición histórica del uso por parte de EE. UU de la Democracia, con miras a responder una pregunta básica: ¿cómo Estados Unidos manipula/instrumentaliza diferentes discursos sobre la Democracia, para utilizarlos como una herramienta para ampliar su política exterior? De manera más instrumental, esta pregunta será respondida teniendo en cuenta el trabajo de Tony Smith (2012), quien divide la política exterior estadounidense en cuatro fases importantes: imperialista preclásica, clásica, hegemónica y progresista; lo cual será fundamental para que el próximo trabajo pueda sintetizar un período analítico tan largo en un número tan reducido de páginas. Para ello será necesario realizar un análisis histórico del propio proceso de formación de los principales lineamientos de la política de propagación de regímenes democráticos, teniendo siempre presente la Guerra Hispanoamericana (1898), la consagración de los EE. UU. como una potencia hegemónica en la primera mitad del siglo XX, el debate entre norteamericanos y soviéticos y los problemas con los distintos regímenes cubanos. En este sentido, el caso de Cuba servirá de base para exponer los más variados aspectos de la agenda internacional estadounidense, véase que Cuba se configura como un caso ejemplar, en gran medida por el enorme protagonismo otorgado a la isla caribeña, siendo este un enfoque particular. Características de la historia estadounidense desde la independencia, que sólo ganaron mayor prominencia en el contexto de la guerra hispanoamericana y el cambio de la isla hacia la adopción de un régimen socialista.

Palabras clave: Democracia. Política exterior. Estados Unidos de América. Cuba. Intervención.

ABSTRACT

The relationship between US foreign policy and Democracy is guided by a long and tortuous history of interactions. As a tool for political agents, Democracy is one of the most important aspects of the US international agenda, and its use and instrumentalization are fundamental for understanding the expansion process of US foreign policy. That said, the purpose based on the following work revolves around the historical exposition of the use by the US of Democracy, with a view to answering a basic question: how the US manipulates/instrumentalizes different discourses on Democracy, in order to use them as a tool to expand your foreign policy? In a more instrumental way, this question will be answered bearing in mind the work of Tony Smith (2012), who divides US foreign policy into four important phases: pre-classical, classical, hegemonic and progressive imperialist; which will be fundamental for the next work to be able to synthesize such a long analytical period in such a small number of pages. To do so, it will be necessary to draw a historical analysis of the very process of formation of the main guidelines of the policy of propagation of democratic regimes, always keeping in mind the Spanish American War (1898), the consecration of the USA as a hegemonic power in the first half of the 20th century, the debate between North Americans and the Soviets and issues with the different Cuban regimes. In this sense, the case of Cuba will serve as a basis for exposing the most varied aspects of the US international agenda, see that Cuba is configured as an exemplary case, due to the enormous prominence given to the Caribbean Island, this being a particular focus. features in American history since independence, which only gained greater prominence in the context of the Spanish-American War and the island's shift to the adoption of a socialist regime.

Keywords: Democracy. Foreign policy. United States of America Cuba. Intervention.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – American Progress	20
Imagem 2 – Columbia Reaches Out	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Votações para o fim do embargo econômico e comercial americano64

ABREVIACÖES

EUA	Estados Unidos da América
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
NSC	National Security Council
ONU	Organização das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
BM	Banco Mundial
PCJ	Partido Comunista Japonês

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	18
3 A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA E AS SUAS FASES.....	30
3.1 A FASE PRÉ-CLÁSSICA	31
3.2 A FASE CLÁSSICA	36
3.3 A FASE HEGEMÔNICA	43
3.4 A FASE IMPERIALISTA PROGRESSIVA	53
4 O CASO DE CUBA	56
4.1 DA GUERRA HISPANO-AMERICANA A INDEPENDÊNCIA	57
4.2 A DINÂMICA DA GUERRA FRIA E A IMPOSIÇÃO DO EMBARGO.....	61
4.3 O FIM DA GUERRA FRIA E A MANUTENÇÃO DO STATUS QUO.....	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

A Democracia é, por si só, um dos temas de pesquisa mais interessantes e importantes das áreas da Ciência Política, Relações Internacionais, Sociológica e afins. Sua pluralidade de versões é, como consequência, o que transforma esse tema em algo tão complexo e interessante, para além da sua rica história.

São em meio as entrelinhas que a Democracia ganha forma e complexidade, uma vez que as mais variadas interpretações do fenômeno democrático atrelam a esta organização política uma gama quase que infinita de possibilidades, sendo a pesquisa sobre esse fenômeno algo de extrema importância, dado que a sua promoção, desde que realizada de maneira coerente e efetiva, pode ser fundamental para o próprio avanço da humanidade como um todo.

Neste contexto, parte do desejo de análise desse fenômeno social e político se assenta na sua pluralidade de versões, uma vez que a própria definição de um regime democrático é extremamente ampla.

Tendo em mente a pluralidade de regimes democráticos, é necessário salientar que o atual trabalho não pretende analisar as eventuais problemáticas que podem surgir deste embate teórico. Como consequência, a discussão sobre o regime democrático não se será um item presente no seguinte trabalho (pelo menos não de maneira marcante ou direta), uma vez que as próprias concepções e noções acerca dos diferentes e possíveis regimes democráticos não se configuram como um resultado almejado pela exposição que está sendo feita aqui.

Sendo assim, o tema de pesquisa, que no presente trabalho se delimita pela ação dos EUA, procura salientar as diferentes capacidades norte-americanas de se utilizar deste regime político, numa tentativa de expor como a noção de Democracia é instrumentalizada pelos EUA, para que estes possam estabelecer uma política externa mais fluida e conveniente a seus atores internos.

Ao mesmo tempo, o debate que cerceia esse arranjo político vem ganhando cada vez mais espaço no atual momento histórico, haja visto o conluio político que tomou forma com o processo de descolonização dos continentes africano e asiático, a queda do muro de Berlim, a ascensão dos EUA e a transformação do espaço internacional (para além da Democracia se configurar como um dos temas de pesquisa mais antigos da história humana, haja vista as suas origens gregas).

Nesse contexto, a projeção norte-americana, enquanto um discurso ou um aspecto prático fundamental para a arregimentação deste possível arranjo internacional, se delimita pela suposta necessidade de promoção de tais regimes, aos mesmos moldes, embora haja diferenças discursivas e históricas, do fardo do homem branco europeu (amplamente utilizado como ferramenta de sustentação teórica e ideológica da ação europeia nos continentes africano e asiático). Como resultado, a compreensão dessa temática, circunscrita a uma análise dos aspectos da política externa norte-americana, se configura como uma das mais importantes fronteiras para a compreensão desse suposto excepcionalismo norte-americano (inúmeras vezes reiterado no processo de constituição e formulação da política de projeção das ambições e demandas dos agentes políticos dos EUA).

Assim sendo, é necessário enfatizar que o seguinte trabalho se beneficia em muito de dois autores fundamentais para a compreensão desse tema: Tony Smith, que expôs parte de suas opiniões no artigo “Democracy promotion from Wilson to Obama” (2013), como em seu livro “America’s Mission: The United States and the ‘Worldwide Struggle for Democracy” (2012); e Samuel Huntington, cujas ideias principais foram condensadas no seu livro “The Third Wave: Democratization in the Late 20th Century” (1993).

Ambos os autores, para além de suas inúmeras contribuições, foram amplamente utilizados no atual trabalho (com especial atenção para Smith), muito em decorrência das suas respectivas capacidades de explicação e da complementação de suas posturas analíticas (sendo a junção entre ambos um aspecto mais do que fundamental para exposição do tema).¹

Contudo, isso não significa que a noção de ambos não seja passível de críticas, mas que a falta de espaço e tempo não irá permitir que uma análise mais completa da questão seja feita, embora ela seja essencial, visto que essa temática pode muito bem ser vista como um dos pilares da discussão de uma possível, e desejada, promoção mais efetiva de regimes democráticos.

¹ Para além da relevância de ambos os autores, é importante ressaltar que essa espécie de análise discursiva não é um aspecto tão bem abordado em meio aos mais variados trabalhos de averiguação da postura externa dos EUA, sendo esse tema muitas vezes relegado a um papel de menor destaque (haja vista que a importância dada ao tema é muitas vezes subvalorizada). Contudo, como se pretende demonstrar nas linhas que se seguem, a ideia de um suposto excepcionalismo norte-americano, que seria reverberado em meio a sua constituição democrática, é fundamental para a compreensão das ambições e vontades dos EUA.

Em resumo, Huntington se destaca por ser um dos primeiros autores a observar a Democracia como um fenômeno mais geral, tentando delimitar parâmetros e bases para averiguar quais eram os padrões que se atrelavam à propagação desse regime político. Contudo, é necessário enfatizar que a análise de Huntington, embora interessante e necessária para a compreensão do fenômeno de pesquisa, não se apresenta como conceito amplamente aceito na academia, uma vez que a própria noção de ondas é limitada e seu escopo analítico acaba por pecar em uma série de áreas (DOORENSPLEET, 2000; GATES et al, 2007).

Por outro lado, Smith se destaca por ter atrelado a expansão dos regimes democráticos diretamente aos EUA, colocando os americanos em meio a uma posição de destaque, sendo estes tidos como grandes responsáveis pela promoção desse contexto global de ascensão de regimes democráticos. Como pontos fortes, as obras de Smith, embora não consensuais, se destacam pela sua capacidade de compreensão mais geral, sendo a sua noção de fases interessante para se delimitar os diferentes momentos de expansão da política externa norte-americana.

Tendo em vista esta necessidade e centralidade de exposição de análises, deve-se ter como ponto de partida, sendo assim necessário realizar uma breve digressão histórica, o mandato de Theodore Roosevelt (1901 – 1909). Parte desta demanda por uma retração analítica se assenta na centralidade que a lógica intervencionista começou a tomar forma com a presidência de Roosevelt, com a política externa norte-americana assumindo diretrizes mais claras e atuantes. É neste momento da história norte-americana, para além de quaisquer outros, que a postura externa do Gigante do Norte se torna mais agressiva, sendo a criação do Corolário Roosevelt, previamente antecedido pela Doutrina Monroe, em conjunto com a intensificação da postura beligerante dos EUA frente ao restante do continente americano, os fatores que fizeram com que a promoção de regimes democráticos começasse a assumir contornos mais evidentes.

Ademais, procura se expor a ascensão norte-americana em meio a esse diálogo entre política externa e promoção da Democracia, tendo como ponto de partida essa nova doutrina estabelecida por Roosevelt e como reta de chegada a consagração da hegemonia norte-americana ao longo da tumultuada primeira metade do século XX. Sendo assim, será necessário averiguar quais mudanças tomaram forma entre o Corolário Roosevelt e o fim da Segunda Guerra Mundial, momento este central para a arregimentação dos EUA em sua posição de potência hegemônica.

Feita essa breve digressão histórica, será realizado um salto para o embate da Guerra Fria. Período este, para além de qualquer outro, em que a necessidade de expansão da zona de influência norte-americana se fez mais presente, muito em decorrência do alargamento da zona de influência do regime soviético e do surgimento de uma possível via alternativa ao capitalismo.

Para além da via socialista de desenvolvimento, em 1955, com a Conferência de Bandung, ocorreu o surgimento de mais uma possível alternativa ao modelo de desenvolvimento econômico propagandeado pelos americanos. Como resultado, o terceiro mundismo se consagrou como esse movimento político aberto a uma possível capitalização pelos agentes externos de ambas as potências, sendo a necessidade de ação norte-americana vital, para que assim a influência dos soviéticos pudesse ser dirimida ao máximo. De maneira resumida, a ascensão do terceiro mundo fez com que os EUA assumissem uma postura externa mais atuante, visto que a ação soviética apresentava uma ameaça real aos americanos, que poderiam ver seu número de aliados decair consideravelmente.

Nesse contexto, o embate entre os EUA e a URSS foi marcado por uma intensa política externa intervencionista, calcada na promoção de regimes antidemocráticos (desde que estes não fossem comunistas ou simpatizantes aos soviéticos, o que ocorreu em inúmeros países e regiões, tais como Taiwan, Coreia do Sul, Brasil, Chile, etc.). Em paralelo, será averiguado como este momento foi chave para que os EUA começassem a veicular uma imagem internacional mais intensa de glorificação da ação norte-americana, colocando-se em um meio ao rol dos grandes promotores do avanço econômico, social e militar do mundo ocidental.

Com a derrocada do regime soviético, surgiu a possibilidade de os EUA finalmente assumirem o papel de potência hegemônica incontestável, haja vista que a queda da URSS abriu espaço para uma série de cenários políticos, econômicos e militares nos quais os EUA poderiam se colocar como potência solitária.

Nesse ponto, é de importante ressaltar que o fim do embate entre os EUA e a URSS demarcou, na visão de uma série de autores e atores, com especial ênfase para a figura de Francis Fukuyama (2006 e 2009), o fim de uma era e o começo de um vislumbre. De certo modo, esse momento de queda do rival norte-americano marcou o início do cisma americano, a partir do qual os EUA poderiam e fariam de tudo para se consolidar, o que alavancaria os mesmos a uma posição incontestável de potência hegemônica do sistema internacional.

Contudo, a história não acabou, o percurso tomado naquele momento não foi o da consolidação incontestável dos EUA e, por fim, o regime democrático não conseguiu tornar-se a forma de organização política mais aceita do mundo (embora sua expansão tenha demonstrado a força desse arranjo político-social). Em resumo, as próprias falhas atreladas a maneira pela qual esse sistema foi propagado fizeram com que a concretização dessa situação se tornasse muito difícil.

Uma boa parcela deste otimismo americano se assentou na prerrogativa interna de que o único possível contestador do sistema democrático seria o regime soviético (para além dos inúmeros arranjos políticos que passaram a surgir em meio a periferia do sistema capitalista, que, em muitos casos, versavam consideravelmente com os ideais defendidos pelos soviéticos). Nesse contexto, uma série de políticos e teóricos norte-americanos articulavam que os sistemas políticos como o chinês eventualmente iriam se inclinar para a adoção de um regime democrático, muito em função do seu caráter de mercado. Isso, contudo, se provou falho, visto que a realidade se mostrou mais complexa; sendo o simples desenvolvimento de um mercado interno, com inclinações mais liberais, insuficiente para o surgimento de regimes democráticos (SMITH, 2012).

Como consequência deste arranjo favorável à disseminação dos ideais norte-americanos, o número de pesquisadores e trabalhos dedicados à compreensão desse tema/fenômeno vem aumentando consideravelmente nas últimas décadas, muito em função da influência norte-americano sobre este tema, que se expressa de maneiras múltiplas, seja por meio de uma ação indireta de intervenção militar ou por uma ação indireta de intervenção econômica e/ou institucional.

Para tanto, tem-se que a proposta do seguinte trabalho (como explicado acima de maneira concisa) se delimita pela tentativa de explicação do papel, ativo e ativo, que os EUA tiveram em meio a propagação desse sistema político. Em específico, este trabalho se propõe a demonstrar uma parcela significativa da discursiva ideológica que os EUA fundamentam, de modo a expor algumas das maneiras pelas quais os EUA se utilizaram de suas capacidades econômicas, políticas e militares para propagar um sistema social-político benéfico a manutenção do status quo internacional, uma vez que, como apontam os mais variados pesquisadores do tema da Democracia: o ideal é formular um mundo seguro para a Democracia, mas, acima de tudo, um mundo “democrático”, no qual os EUA poderiam se colocar na posição de

líder hegemônico, sem que houve contestação ou contestadores capazes de contestar a posição consolidada dos norte-americanos.

Em suma, podemos dizer que o seguinte trabalho se resume a uma pergunta: como os EUA manipulam/instrumentalizam diferentes discursos sobre a Democracia, de modo a utilizá-los como ferramenta de expansão de sua política externa?² Como o intuito de respondê-la, se pretende analisar quais os mecanismos adotados pelos EUA. Parte desta tarefa será feita através da análise da construção de acordos, organizações e instituições internacionais, ou pelos modos em que os EUA optaram por colocar a Democracia como uma condicionalidade para evitar a guerra, promover a paz ou silenciar possíveis opositores ao seu projeto hegemônico. Neste contexto, o seguinte trabalho irá procurar responder/fundamentar sua pergunta mestre por meio de uma breve exposição das linhas cronológicas de Smith e Huntington, a partir das quais o caso de Cuba será exposto (com o intuito de dar maior materialidade à análise).

A escolha por Cuba, para além de qualquer outro caso, se delimita pela centralidade do país em meio a política externa norte-americana. Nesse quesito, Cuba se destaca pela importância histórica e estratégica, tendo sido pontapé inicial de uma política exterior norte-americana para o continente americano, tendo a Guerra Fria alçado o país a uma nova dimensão. Como resultado, qualquer análise do caráter discursivo e prático das ações intervencionistas dos EUA não pode se furtar do papel de Cuba, uma vez que este país se consagrou como esse exemplo atemporal, que tem sua independência atrelada ao marco inicial da expansão norte-americana pelo globo (sendo a manutenção do status quo ponto fulcral para a compressão da persistência norte-americana em propagar regimes democráticos).

Em resumo, o seguinte trabalho se pauta pela tentativa de explanar uma tese máxima: a Democracia, enquanto uma ferramenta de política externa, se assemelha ao fardo do homem branco europeu, que, na sua imensa incompreensão do espaço internacional e das mais variadas conjunturas locais, se decide líder de uma missão

² De maneira breve, pode-se argumentar que este processo de expansão se realiza em torno da promoção de uma discursiva pouco efetiva, mas necessária, haja visto que, aos mesmos dos europeus (que se utiliza amplamente do fardo do homem branco), a confecção de uma lógica de conquista, sempre atrelada a um bem comum, seria fundamental para este processo. Nesses casos, embora a promoção de um regime democrático seja inviável, é necessário fundamentar a ação da política externa de algum modo, o que alavanca a Democracia a esse pedestal. Nesse contexto, a Democracia é, ao mesmo tempo, ponto de partida e de chegada, visto que ela é aquilo que fundamenta a ação e o fator que mais influencia a ação.

cruzadista, sem a qual os nativos dos mais diferentes locais estariam fadados a manutenção de um ciclo contínuo de atraso e decadência, sendo a ação americana a única via possível para o desenvolvimento. Para além disso, a promoção de um inimigo interno também se configura como um mecanismo importante para a construção da política externa norte-americana, que se reverbera em meio a promoção do mais volumoso orçamento militar da história e na perpetuação de uma ameaça externa, aos mesmos moldes do que ocorreu, e ainda ocorre de certa forma, com o Macartismo (que procurava ao máximo promover um suposto adversário interno).

2 OS APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

No que diz respeito ao aporte metodológico e a divisão do seguinte trabalho, a confecção básica do texto será efetuada por meio da realização de duas distintas tarefas e suas respectivas etapas (em resumo: serão realizadas uma análise histórica e uma exposição de um caso particular).

Dado este contexto, vale ressaltar que tal divisão se realiza de maneira independente, embora não de forma completa, das concepções e noções do autor que escreve as linhas deste trabalho, uma vez que o mesmo reconhece suas evidentes limitações e acredita ser melhor realizar uma junção de duas diferentes obras: “The Third Wave: Democratization in the late 20th Century” (1993) e “America’s Mission: The United States and the ‘Worldwide Struggle for Democracy’” (2012). Nesse contexto, grande parcela do trabalho se delimita pela exposição de uma intersecção de ambas as obras, numa tentativa de estabelecer um retrato mais amplo o possível, aliando mecanismos analíticos de dois diferentes pesquisadores, os quais se debruçaram sobre um tema de pesquisa semelhante, mas conceberam concepções/visões únicas, a partir das quais a temática da promoção de regimes democráticos ganhou inúmeros contornos.

Posto isto, será realizada uma breve análise de Cuba, que, para fins analíticos, se configura, para além de quaisquer outros exemplos, como um dos casos de maior destaque para a análise da política externa norte-americana, sendo esta escolha muito interligada com as particularidades deste distinto local, que, desde muito cedo, assumiu um destacado papel na configuração internacional da posição norte-americana no globo.

Em linhas gerais, Cuba é esta linha de partida da ação norte-americana, que se inicia com a Guerra Hispano-Americana, e mantém-se presente nos holofotes americanos até os dias de hoje, muito em função do seu processo histórico de independência e resistência. Em síntese, a questão de Cuba foi, é e será central para os americanos, a menos que os embargos sejam levantados e as relações diplomáticas reestabelecidas, o que não se vislumbra nos curto e médio prazos, a centralidade de Cuba tende a se manter presente no campo de visão dos inúmeros políticos, atores e diplomatas americanos.

Posto isto, em um primeiro momento será realizado um processo de análise do comportamento dos EUA ao longo do seu processo de constituição. Em termos gerais,

esta parte da análise irá averiguar como a ideia de Democracia foi sendo moldada em meio a política externa dos norte-americanos, mantendo-se em mente a necessidade de avaliar os impactos que o conceito teve ao longo do processo de formação dos EUA como uma nação.³ Ademais, será fundamental analisar a funcionalidade dessa ferramenta de coerção em meio ao processo expansionista, tendo-se em vista um duplo processo: que se inicia no próprio território da América do Norte, com os EUA, após a Guerra de Independência, passando a anexar uma série de diferentes locais a Oeste das Treze Colônias; e que se desemboca no processo de expansão da zona de influência externa desta nação.⁴

Para além das questões de formação, fará parte do trabalho tecer o máximo de apontamentos acerca dos resultados práticos e das consequências que todo o discurso ideológico teve neste desenrolar expansionista.

Para além das questões de política externa, mas ainda dentro da temática de análise dos EUA como um ator internacional ativo e dominante, será necessário dissecar a própria questão ideológica de todo esse discurso, que se manifesta nesse conluio de ações intervencionistas, calcadas em uma noção constituída por, e arregimentada em torno, dessa noção deturpada de Democracia. Parte dessa manifestação se expressa no quadro de John Gast (1872), *American Progress* (Progresso Americano), que expressa essa idealização da nação norte-americana (supostamente agraciada pela vontade de Deus e pela necessidade primordial de propagação das ideias de harmonia).

No quadro (que se segue logo abaixo), tem-se a representação dos EUA em meio a sua expansão rumo ao Oeste, levando consigo a tecnologia e a aniquilação de uma gama de diferentes povos, representada pela perseguição às tribos originárias e aos bisões. Este processo, para além de uma mera representação gráfica dos anseios de uma dada classe política, serve de base para a constituição dos fundamentos da política externa norte-americana.

O quadro, para além de uma representação idealista, procura ressaltar esse caráter quase que sagrado dos EUA, que, na visão dos próprios atores americanos, são alavancados a esse papel de propagadores da boa índole, aos mesmos moldes

³ Em linhas gerais, como a Democracia foi do campo das ideias para a esfera política, sendo necessário se enfatizar quais as consequências desse movimento.

⁴ Cujas consequências mais diretas e claras foram a consagração de um projeto de poder global, capaz de incluir em sua esfera de influência quase todo território mundial; haja vista a construção de quase 800 bases militares ao redor do globo (VINE, 2015).

da projeção europeia sobre o continente africano e asiático (embora as ressalvas para essa comparação sejam, para fins de análise, de extrema importância).

Nesse âmbito, o fardo do homem branco, aos mesmos moldes da lógica do Destino Manifesto, tenta caracterizar o agente que difunde sua cultura e ótica numa posição de destaque. Em meio a essa espécie de espírito cruzadista, que se protela a propagar aos mais variados cantos do globo, o diferente se torna um empecilho a ser combatido, em conjunto com a sua cultura (o que, na pintura de Gast, é possível observar pela adição dos bisões, animais esses essenciais para muitos grupos nativos das terras ao oeste das Treze Colônias, sendo tais animais empregados em meio aos mais variados cultos religiosos ou somente necessários para a própria subsistência desses povos).

Imagem 1: American Progress



Fonte: GAST (1872)

Tendo em mente essa construção histórica da imagem dos EUA e seus inúmeros paralelos com a ideia do fardo do homem branco, pode-se observar que esse enredo de formulação da definição do estrangeiro se constitui por meio da

inferiorização do diferente (que é, aos mesmos moldes da relação entre europeus e asiáticos e africanos, posto em uma posição de subjugação, sendo a tarefa do colono a de colonizar ou exterminar), o que se resume bem no seguinte trecho do presidente Theodore Roosevelt:

No Haiti, enfrentamos uma situação pior. Esta república estava com problemas crônicos e, como fica perto de Cuba, a má influência deste caso foi sentida do outro lado do estreito. Presidentes foram assassinados, governos fugiram, várias vezes por ano. Desembarcamos nossos fuzileiros navais e marinheiros apenas quando o infeliz Magistrado Chefe do momento foi arrastado para fora da Legação Francesa, cortado em seis pedaços e jogado na multidão. Aqui novamente, limpamos a casa, restauramos a ordem, construímos obras públicas e colocamos a operação governamental em uma base sólida e honesta. Ainda estamos lá. É verdade, porém, que em Santo Domingo, e especialmente no Haiti, parece que não prestamos muita atenção em tornar os cidadãos destes Estados mais capazes de reassumir o controle de seus próprios governos. Mas fizemos um bom trabalho material, e o mundo deveria nos agradecer. (ROOSEVELT, 1928, p. 583 e 584, tradução nossa)

Como apresentado acima, Roosevelt sintetiza muito bem essa ideia de prepotência e superioridade da nação norte-americana sobre os demais países da América Latina, afirmando que a ação dos EUA foi capaz de ajustar a questão haitiana em um curtíssimo espaço, livrando os mesmos de seus problemas (tudo isso graças a benevolência do povo americano e seus líderes políticos e militares, que lutaram ostensivamente para este resultado).

Nesse ponto, a materialidade do discurso também ganha uma nova dimensão, que tende a dialogar com a colonização europeia, sendo essa nova possibilidade uma de contraposição (ao mesmo tempo que o agente intervencionista tende a colocar-se como a única opção possível). Como resultado, a referência aos franceses não se configura como uma simples crítica, mas a uma afirmação da capacidade americana, que alavanca o país a essa posição de superioridade, o que se reverbera em meio a essa dupla hierarquia. De maneira sintética, os EUA são superiores ao colonizado e ao colonizador, sendo sua responsabilidade uma de gerência e restabelecimento das normas, sendo essa ação necessária para controlar o “inferior” haitiano e demonstrar ao “civilizado” europeu a capacidade americana de realizar aquilo que nenhum dos dois poderia fazer: estabelecer um regime democrático eficaz ou um sistema político minimamente funcional.

Em conjunto com essa ideia, é importante frisar uma temática em específico em meio a política externa dos EUA: a existência dos ditos “fantasmas internos e

externos” (que vieram a assumir as mais variadas formas). Como exemplos destas supostas “assombrações”, a Revolução Haitiana e o Comunismo, muitas vezes projetadas como formas de contestação do regime político norte-americano, serviram de base para a materialização dos aspectos internos da ameaça. Como resultado, formula-se esse constante embate entre os dirigentes e quaisquer ameaças, sejam as mesmas reais ou meros fantoches de todo um processo que se constrói por meio do perigo ao diferente e ao elemento disruptivo, o que alavanca em muito a política externa dos norte-americanos, que se utiliza, do ponto de vista ideológico, dessa narrativa de construção de figuras de terror. Sejam elas os negros haitianos que lutam pela sua liberdade, os comunistas soviéticos que travam um embate ferrenho contra o capitalismo americano ou os distantes terroristas árabes que representam a ameaça aos princípios cristãos das famílias norte-americanos.

Nesse sentido, é necessário delimitar os aportes teóricos que aqui serão amplamente explorados, uma vez que eles darão forma e métrica a esse trabalho, sem os quais a análise se esvaziaria.

Em primeiro lugar, temos a centralidade da noção das ondas de democratização, um importante conceito apresentado por Samuel P. Huntington, em sua obra “*The Third Wave: Democratization in the Late 20th Century*” (1991), na qual o autor trabalha com a ideia de expor um estudo cronológico dos mais diferentes momentos de propagação da Democracia ao redor do globo.

No que se refere aos rumos que o atual trabalho tenta ditar, Huntington acaba por torna-se central em função de dois importantes fatores. Primeiro, o autor é capaz de delimitar uma cronologia válida e interessante, que pode ser contestada e revista, mas que apresenta pontos de análise importantes. Nesse contexto, a capacidade de aglomeração de diferentes processos de democratização em três distintas ondas torna-se central para as eventuais análises que o trabalho se compromete a analisar. Segundo, sua capacidade de síntese é reflexo de uma série de construções locais, ou seja: seu espaço de ocupação delimita suas eventuais ponderações sobre todo o processo, de tal maneira que a sua posição é corroborada por outros pensadores norte-americanos, que serão aqui extensivamente analisados

Em partes, a escolha pelo autor se faz em decorrência de seu espaço de fala ser os EUA e sua postura ser favorável a tais processos, o que serve de base para a exposição da ótica americana acerca de todo o processo investigado.

Para fins de análise, a cronologia em si de Huntington será estendida ao atual momento histórico, muito em função da terceira onda de democratização ter começado em 1974. Como resultado, a utilização de pesquisadores distintos foi fundamental para ditar se ela teve seu fim já decretado e se o início de uma onda autoritária poderia estar sendo anunciada, ou mais importante: quando ela já teria sido anunciada. Nesse ponto, o artigo de Anna Lührmann e Staffan I. Lindberg, intitulado: “A third wave of autocratization is here: what is new about it?” (2019), será vital, visto que ele expõe de maneira extremamente clara a formação, ainda em curso, de uma onda autoritária, que se iniciaria em 1994 e poderia ser estendida até 2017, embora esta mesma delimitação possa ser contestada.

Em resumo, podemos entender tal cronologia tendo-se como base o seguinte trecho:

Um dos estudiosos mais promissores neste assunto, Samuel Huntington, identificou vários ciclos ou ondas no surgimento dos regimes democráticos modernos: primeiro, entre 1820 e 1920, quando a democracia se espalhou dos Estados Unidos para o norte e oeste da Europa, alguns domínios britânicos e alguns países da América Latina; a segundo, entre 1920 e 1942, quando "as tendências democráticas foram extintas na Alemanha, Itália, Áustria, Polônia, Estados Bálticos, Espanha, Portugal, Grécia, Argentina, Brasil e Japão"; terceiro, entre 1945 e 1962, quando a democracia se expandiu como consequência da imposição da democracia pelos Estados Unidos na Alemanha Ocidental, Áustria, Itália, Japão e Coréia do Sul, combinada com a descolonização durante a qual muitos países independentes adotaram as formas políticas das potências imperiais; quarto, uma segunda onda reversa, entre 1962 e 1975, na qual golpes militares e triunfos revolucionários reduziram o número de democracias de trinta e seis para trinta; e, finalmente, o período de 1975 até o presente, que Huntington caracteriza como a "terceira onda" de expansão democrática. (ALLISON; BESCHEL, 1992, p. 81 e 82, tradução nossa)

De maneira similar, é impossível conceber uma análise da política externa norte-americana sem discutir a ideia de promoção da Democracia, amplamente exposta por Tony Smith, tanto em seu artigo “Democracy promotion from Wilson to Obama” (2013), como em seu livro “America’s Mission: The United States and the ‘Worldwide Struggle for Democracy’” (2012). A necessidade de análise e ponderação sobre as ideias de Smith surge em decorrência da sua capacidade analítica, sendo o autor capaz de condensar a correlação entre a política externa norte-americana e seu pilar de sustentação ideológico (a Democracia) de maneira exemplar.⁵

⁵ O que veio a ser amplamente investigado em meio a obra *America's Mission* (2012). Livro no qual a concepção e a visão de Smith acerca de todo esse processo se tornam mais clara, sendo as bases de toda essa lógica de promoção esmiuçada de maneira primordial nas quase 500 páginas que compõem

Em resumo, o seguinte trecho nos dá uma noção geral da cronologia de Smith e da divisão que será empregada na terceira parte do seguinte trabalho:

Reverendo o desenvolvimento histórico da promoção da democracia nos Estados Unidos, Tony Smith argumenta que o internacionalismo liberal americano passou por quatro fases: (1) uma fase pré-clássica, da revolução americana à Guerra Hispano-Americana de 1898; (2) uma fase clássica, de 1898 a 1945; (3) uma fase hegemônica, de 1945 a 2000; e (4) uma fase imperialista progressista desde 2000. (BOUCHET, 2013b, p. 34, tradução nossa)

Prosseguindo com a exposição dos aportes teóricos do trabalho, é necessário considerar que os EUA, enquanto um agente internacional que detém evidentes divergências internas, moldam o seu posicionamento político, militar e econômico conforme as condições internas e externas se alteram, fazendo com que diretrizes políticas dos dirigentes americanos acabe por assumir contornos antes inimagináveis, o que pode acarretar na reversão de certas decisões (seja em função da ascensão dos mais variados grupos ou do surgimento de um novo problema).

Parte desse processo se materializa na figura dos próprios presidentes em si, que, embora sejam extremamente similares com relação à direção geral dos rumos da política externa dos EUA, se diferenciam em meio as sutilezas. Como resultado, a análise de tais figuras se configura como uma questão central para este trabalho.

Como exemplo destas alterações de rumos da política externa, temos o caso do embate entre OTAN e o Governo de Donald Trump (2017 – 2020), que colocou a organização em uma situação de quase descarte (BARNES; COOPER, 2019), levando a mesma a uma quase extinção, mas que, com a ascensão da figura de Biden (2021 – hoje) e do acirramento do conflito entre a Rússia e Ucrânia, viu sua existência garantida de maneira inesperada (GARAMONE, 2022). Neste caso em particular, a troca de dirigentes, aliada ao surgimento de um embate local, fez com que a OTAN voltasse a ganhar um destaque maior em meio à política interna e externa dos EUA

De maneira similar, este mesmo fenômeno pode ser averiguado, mesmo que a lógica não se assemelha em muito, em meio a transição dos Governos Bush (2001 – 2008) e Obama (2009 – 2016), em que a ação rumo ao Oriente Médio teve seu caráter

o trabalho de Smith. Obra está que consegue captar de maneira primorosa a correlação de forças que se dá em meio ao processo de formação dos EUA e da construção de uma política externa ativa e como os mais variados atores e instituições vieram a abordar essa narrativa com vistas a alavancar um projeto de política externa capaz de impulsionar e fundamentar os EUA a uma posição de líder hegemônico de um mundo bipolar controlado por eles.

discursivo alterado consideravelmente (com a direção Bush, numa tentativa de fundamentar as ações militares no Oriente Médio, utilizando-se de um discurso pró democrático muito forte).

Nesse quesito, Ney (2004) aparece como ponto de partida para essa análise interna, uma vez que a interação entre esses mais variados grupos, embora seja algo de difícil análise, é central para a compreensão que a troca de presidentes tem em meio a postura geral dos EUA, sendo esse aspecto levado em conta em meio aos trabalhos do autor norte-americano.

Como exemplo desse complexo processo de mudança, tem-se que a Guerra Fria estabelece o início de uma clara disjunção, a partir da qual os EUA optam por priorizar a luta aos regimes de cunho comunista em detrimento da política externa de promoção de governos democráticos, levando a propagação, como será exposto mais adiante, de regimes abertamente antidemocráticos (mas que mantinham um claro viés de combate a quaisquer aberturas de cunho socialista). Contudo, essa própria defesa de uma diretriz específica não se faz presente sem o surgimento de uma série de embates internos, que divagam sobre os mais variados temas, mas, principalmente, sobre a viabilidade de fundamentar uma política externa contrária a regimes comunistas, mas não contrária a regimes antidemocráticos. Em paralelo a isto tudo, os dirigentes políticos procuravam manter a imagem histórica dos EUA, numa tentativa de enfatizar o caráter democrático do país, que se caracteriza como essa nação que lutou e sempre lutará pela promoção de regimes democráticos livres.

Ademais, vale ressaltar que um processo de intervenção militar ou econômica, ou a propagação de um dado ideal se efetua pela existência de um arranjo prévio. De maneira geral, a existência de um dado nível de suporte prévio delimita as reais capacidades de implementação de um regime democrático em países cujas condições internas demonstram uma certa limitação. Em síntese, a realidade se difere da teoria, a tal ponto que a simples tentativa de implementação de um regime pela força já se demonstra como uma incapacidade do agente em compreender a situação apresentada em campo, sendo a análise das condições um aspecto tão fundamental quanto o número de recursos que pretende se destinar a região, haja visto que o dispêndio de recursos sem planejamento pode desencadear numa missão ineficaz e extremamente custosa.

Neste aspecto, é importante ressaltar o texto de Dalacoura, "US foreign policy and democracy promotion in the Middle East: Theoretical perspectives and policy

recommendations” (2010), e o artigo de Ratner, “Reaping what you sow: Democratic transitions and foreign policy realignment” (2009), os quais apresentam a incapacidade americana de entender o contexto local e a centralidade da análise dos níveis de suporte que os governos locais mantêm com os EUA. Em resumo, a aproximação com o regime que antecede a intervenção, ou a mera compreensão das condições locais, é vital para entender qual a real possibilidade dos EUA em estabelecer um regime democrático.

No que se refere aos aspectos metodológicos do trabalho, deve-se ponderar sobre a centralidade da análise de discursos, documentos oficiais e figuras políticas, uma vez que o uso de fontes primárias se estabelece como central ao desenvolvimento de todo o processo analítico. Tendo em mente este aspecto, tem-se que as principais figuras deste trabalho, para além dos autores e teóricos que se debruçaram sobre a temática, se configuraram pelos mais variados presidentes norte-americanos, como: Theodore Roosevelt, Woodrow Wilson (1913 – 1921), Franklin D. Roosevelt, Harry S. Truman (1945 -1953), John F. Kennedy (1961 – 1963), Lyndon Johnson (1963 – 1969), Ronald Reagan (1981 – 1989), Jimmy Carter (1977 – 1981), Bill Clinton (1993 – 2001), George W. Bush e Barack Obama.

A delimitação de tais presidentes se dá em função da obra, “US foreign policy and democracy promotion: from Theodore Roosevelt to Barack Obama” (2013), editada por Michael Cox, Timothy J. Lynch e Nicolas Bouchet. Na obra, a noção da Democracia como uma ferramenta de coerção, amplamente empregada pelos mais variados agentes norte-americanos, ganha corpo e estrutura, mas de maneira distinta daquela empregada por Samuel Huntington e Tony Smith. Nesse aspecto, o trabalho de Michael Cox, Timothy J. Lynch e Nicolas Bouchet se diferencia dos demais trabalhos aqui analisados em decorrência da centralidade dos presidentes em meio a todo o processo de propagação da Democracia, o que abre espaço para a confecção de uma visão mais clara das sutilezas que diferenciam estes agentes e das similaridades entre suas respectivas discursivas, que, embora diferenciam consideravelmente uns dos outros, não deixam de se delimitar pela existência de um objetivo central: a promoção de um sistema internacional em que a concretização de um regime democrático mundial permitiria a ascensão dos EUA à posição de potência hegemônica incontestável.

Neste aspecto, Wilson pode ser analisado como o principal ator do período da Primeira Guerra Mundial, o que faz dessa figura um agente central na política externa

norte-americana, uma vez que ele delimita uma série de ponderações centrais ao ideal dos EUA. Por outro lado, a figura de Theodore Roosevelt (que antecede a figura de Wilson), que se diferencia de seu homólogo em uma série de diferentes pontos, acaba por apresentar um importante ponto de ligação entre ambos os presidentes e a constituição do tema do trabalho, uma vez que Roosevelt acaba por preparar o terreno para as eventuais concepções basilares de todo o processo de promoção de Democracia, o que delimita um importante laço de formação entre essas aparentes distintas figuras. Sendo assim, Roosevelt pode ser analisado como a figura responsável por delimitar todo o lado moral da discussão, enquanto Wilson se consagra pela promoção de um espaço internacional no qual os EUA poderiam se colocar como a grande potência econômica, militar e política do mundo ocidental.

Apesar das discrepâncias, a centralidade de Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson para o nosso objeto de análise é incomensurável, tal como apontam Adam Quinn (2013) e John Thompson (2013). Por um lado, Roosevelt prepara o terreno para a política externa, deixando as bases de fundação prontas para a construção do restante da estrutura. Por outro, Wilson delimita os aportes teóricos e ideológicos de todo o discurso, de modo que a sua direção se consagra como uma das presidenciais mais importantes da história dos EUA, muito em função do seu renascimento em meio ao século XX, com a figura de Wilson assumindo um papel que poucos esperavam do mesmo, visto que em sua presidência a quantidade de críticas eram múltiplas e variadas. Como exemplo, o próprio Keynes ridicularizou a sua figura (SMITH, 2012), muito em decorrência do que aquele argumentava ser uma falta de preparo e planejamento sobre as ideias que Wilson procurava promover.

Prosseguindo com a análise, temos a figura de Franklin D. Roosevelt, que se consagrou como o presidente que colocou os EUA fora da crise de 1929 e como o dirigente que coordenou os norte-americanos em meio ao processo de vitória sobre os nazistas. Neste contexto, Franklin D. Roosevelt se destaca por ter sido o presidente mais influente em meio aos quase 50 anos de constituição da ascensão norte-americana, tendo suas ações sido fundamentais para a elevação dos EUA aos postos de credores mundiais e forças militares mais destacadas.

Com relação aos presidentes Harry S. Truman, John F. Kennedy, Lyndon Johnson, Jimmy Carter e Ronald Reagan, tem-se que as presidenciais desses dirigentes foram delimitadas pela existência de um período histórico particular, a Guerra Fria, momento este que veio a colocar cada um desses agentes em um

pedestal de extrema importância, visto que suas particularidades fizeram de suas respectivas direções consideravelmente diferentes umas das outras, o que só enfatiza a centralidade de se tecer análises sobre tais atores.

Com relação a Bill Clinton, será na sua direção que os EUA poderão contemplar uma possibilidade de existência de um mundo unipolar, o que o coloca em um período histórico fundamental.

No que diz respeito às figuras de George W. Bush e Barack Obama, seus respectivos governos se passam em meio a essa fase imperialista progressiva, o que configura os mesmos como extremamente importantes para toda a realização do trabalho.

Sendo assim, os governos de George W. Bush e Barack Obama podem ser analisados como os mais importantes para todo o desenrolar do processo de intervenção que começava a tomar forma no Oriente Médio, de tal modo que as sutis diferenças entre ambas as direções acaba por dizer muito sobre o desgaste que a discursiva norte-americana começou a sofrer.

Estreitando-se um pouco a análise, às direções de Donald Trump e Joe Biden se caracterizam, em especial, por terem sido os governos em que se processou a retirada das últimas tropas norte-americanas do Afeganistão, com a consagração de todo esse processo como um fracasso, muito em função do retorno do Talibã ao poder. Neste contexto, embora a retomada do Talibã ao poder possa ser analisada como o resultado de uma política fracassada, sua ocorrência pode ser atrelada a uma perda de fôlego da terceira onda de democratização, que, como apontam alguns pesquisadores da área (DOORENSPLEET, 2000), já passa por um processo de reversão, tendo este fenômeno se iniciado em 1994, passando a ganhar mais força em meio a esse contexto de repetidos fracassos das iniciativas norte-americanas de propagação de um ideal democrático.

Prosseguindo com a análise, em um segundo momento será feita uma breve exposição do uso da Democracia em Cuba, numa tentativa de esmiuçar as particularidades deste local e as suas respectivas relações com os norte-americanos. Será importante ressaltar a centralidade das primeiras relações diplomáticas, ou seja: como os EUA se projetaram frente a Cuba e como a relação entre essas nações e os EUA foi sendo alterada em meio ao curso da história. Em linhas gerais, Cuba se consagra como esse caso sui generis, por ter sido ponto de partida da expansão norte-americana e campo de testes, sendo os rumos tomados pela ilha um resultado direto

da tentativa norte-americana de minar ao máximo quaisquer condições internacionais minimamente aceitáveis para o arquipélago caribenho.

Por fim, em relação ao caso de Cuba (assim como os mais variados casos de intervenção norte-americana) é necessário se atentar para a questão mais importante de todas: qual o sentido do uso da Democracia como uma ferramenta e suas limitações mais evidentes? Em resumo, a propagação de uma política externa pode se efetuar das mais variadas maneiras. Como resultado, seria a Democracia um componente meramente discursivo? Nessa lógica, o que fundamentaria o uso da Democracia ou se é que existia um vislumbre dentro dos EUA de que tal tarefa seria possível?

Desta forma, a ideia do trabalho gira em torno desses limites entre o real e o ilusório, ou seja: é evidente que exista um fomento interno aos regimes democráticos ao redor do mundo, mas as limitações a todo esse processo se materializam de maneira muito evidente, de modo a parecer que os EUA, enquanto esse agente político atuante, negligencia a existência de discricionariedades locais em função de uma lógica fantasiosa, na qual sua posição inquestionável não poderia ser ameaçada, independentemente da existência ou não de condições possibilitadoras da implementação de um regime democrático em meio ao local de intervenção.

3 A POLÍTICA EXTERNA E SUAS FASES

Enquanto uma nação soberana que delimita diretrizes de políticas interna e externa, os EUA se autoproclamam como bastiões da Democracia moderna (SKOGSTAD, 1998). Posição essa que relega aos norte-americanos a necessidade de se manter atuante em meio à esfera internacional, seja por meio de intervenções militares, por adoção de parâmetros de organização internacional ou pelos mais variados mecanismos de atuação, que podem se materializar pelas vias jurídicas, econômicas, institucionais e afins.

De certo modo, os norte-americanos assimilam a Democracia, enquanto um conceito formador de suas bases civilizatórias, como um componente e, ao mesmo tempo, resultado do seu excepcionalismo. A Democracia, como consequência, se torna parte essencial da política externa do país. Como resultado dessa construção interna, se processa no seio da sociedade norte-americana e nos altos anais políticos uma série de justificativas para a realização de inúmeros processos de intervenção militar e econômica. O fundamento base, geralmente, se perpassa numa ideia simples: propagar uma ordem mundial democrática, na qual os EUA poderiam se estabelecer como o principal agente propagador das bases sustentação desse arranjo internacional:

A noção americana de que a disseminação da democracia não é apenas correta em si, mas também boa para os Estados Unidos, é tão antiga quanto a república. Enquanto a afirmação de John Quincy Adams de 1821 de que os Estados Unidos eram os "defensores e defensores" de sua própria liberdade por si só tipifica uma tradição de relutância em se envolver nos assuntos domésticos de outros, a visão de Thomas Jefferson dos Estados Unidos como um "império da liberdade" em expansão revela uma tradição concorrente que empurra para fazer exatamente isso. Assim, desde os Pais Fundadores, os líderes americanos expressaram repetidamente a crença de que o país deve abraçar sua "missão" de promover a democracia, por mais que isso tenha sido subordinado a preocupações econômicas e de segurança na prática. (BOUCHET, 2013a, p. 32 e 33, tradução nossa)

Em síntese, os EUA nascem e se constroem como o grande propagador do ideal democrático. Sendo a sua posição uma de privilégio, o que, em teoria, seria capaz de lhe conceder força e assegurar um potencial nunca experienciado por nenhuma nação. Nesse aspecto, parte central do processo de expansão territorial norte-americano se realiza com base nessa autoproclamação. Como exemplo, o processo de intervenção que veio a tomar forma nas Filipinas, já no século XIX, assim

como as mais variadas intervenções na América Latina, ao longo da segunda metade do século XX, se consagraram como importantes casos dessa iniciativa de intervenção propagada pelos norte-americanos (SMITH, 2012).

Esses mais variados locais seriam, na visão de um importante parcela do quadro decisório do país, palco de testes para uma série de diferentes experimentos de análise, sobre os quais os dirigentes norte-americanos poderiam se debruçar para delimitar seus eventuais passos em outras regiões ou locais ao redor do globo, delimitando as bases institucionais que permitiriam a sua ascensão a essa posição de destaque mundial. Em outras palavras, a política externa dos EUA veio desde 1898 se arregimentado em torno dessas novas condições internacionais, de tal modo que a necessidade de adaptação se tornou um aspecto extremamente necessário.

Partindo desse princípio, é importante ter com base que esse longo processo de expansão e ascensão não se processou de um dia para o outro, tendo sido o resultado de um longo e duradouro período de desenvolvimento. Nesse âmbito, a ação norte-americana passa a ganhar contornos mais claros em 1898, tendo a política externa de intervenção dos EUA se beneficiado em muito de uma Europa destrozada por duas Guerras Mundiais. Ademais, foi em meio ao embate de quase 5 décadas da Guerra Fria que se desenvolveu os aportes militar e ideológico da política externa dos EUA, com eles se reinventando com a queda de seu arquirrival.

Tendo em vista esse processo de constituição histórica da política externa dos EUA, a seguinte divisão se propõe a expor, mesmo que de maneira resumida, uma síntese das mais importantes fases de expansão da ação americana e dos mais destacados presidentes da história do país, numa tentativa de exprimir os mais variados contornos que a política externa dos EUA veio a assumir.

3.1 A FASE PRÉ-CLÁSSICA

No que diz respeito a todo o processo de constituição das bases políticas e sociais norte-americanas, a história dos EUA está marcadamente assentada numa gama de diferentes ideais, que se complementam em meio a busca por esse objetivo máximo: a procura pela posição de potência hegemônica incontestável, que, como resultado, é capaz mandar e desmandar em seu quintal, a América Latina, e manter retidos quaisquer dirigentes locais dos mais diferentes países (SMITH, 2012). Nesse contexto, falar deste processo de formação sem antes tratar das questões do

desenvolvimento histórico dos EUA, da Doutrina Monroe, da questão do Haiti, da América Latina e da centralidade da primeira onda democrática (1828 – 1926) tornaria essa tarefa de exposição e análise em uma tarefa praticamente impossível.

Com relação ao processo de constituição dos EUA, tem-se que a historiografia norte-americana aponta para a formação de um quadro interno fundamentado em dois importantes pontos: os EUA como pilar da sociedade ocidental e a Democracia como essa pilastra da política norte-americana, tanto externa como interna. Nesse quesito, o processo de independência (1776-1783) se delimita como esse pontapé discursivo inicial, a partir do qual a temática do Destino Manifesto e da propagação da Democracia ao redor do mundo passa a se propagar com mais força, com a ascensão de figuras como Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson se consagrando como dois dos mais importantes personagens em meio a delimitação das bases de toda essa lógica (QUINN, 2013; THOMPSON, 2013).

Como exemplo desta projeção, o Destino Manifesto se colocava como esse primeiro pontapé histórico. Em síntese, a ideia principal de todo o documento girava em torno dessa iniciativa norte-americana de fundamentar a execução de um projeto nacional de expansão, tanto do ponto de vista territorial, o que se marcaria pela anexação e compra de um série de territórios a Oeste das Treze Colônias, como pela expansão da zona de influência, que, em um primeiro momento, tentaria arraigar apoio das potências europeias, numa tentativa de dar aporte ao processo de independência frente aos britânicos, mas que, eventualmente, se alongaria para a América Latina, já com a publicação da Doutrina Monroe (GILDERHUS, 2006).⁶

Para além do aspecto territorial, grande parte da lógica de constituição do Destino Manifesto se fundamentava num discurso ideológico, que procurava colocar os EUA, junto ao povo norte-americano, em uma posição de extremo privilégio, aos mesmos moldes, embora com certas divergências, do processo imperialista europeu, que, do ponto de vista discursivo, procurava fundamentar as inúmeras empreitadas do Velho Continente nas Américas, África e Ásia (sempre tendo-se em mente a existência de uma suposta soberania étnica e racial, que encontrava respaldo em meio às mais variadas teorias eugenistas, com especial atenção ao dito fardo do homem

⁶ Nesse aspecto, é importante frisar que a real capacidade de controle dos EUA sobre o restante do continente era, para dizer o mínimo, seriamente contestável. Contudo, a lógica por trás do Destino Manifesto e da Doutrina Monroe é simples: passar uma mensagem clara acerca da zona de influência norte-americana, que agora seria de exclusividade daqueles que realmente teriam direito sobre ela.

branco e a política de ocupação efetiva que havia sido estabelecida na Conferência de Berlim).

Em específico a Doutrina Monroe, fundada em 1823, tem como iniciativa principal definir quais políticas seriam adotadas pelos EUA com relação às nações europeias e os países da América Latina (LIVINGSTONE, 2009). Parte do processo de construção de toda essa doutrina se fundamentava em meio a uma tentativa interna e externa de se coibir qualquer interferência europeia na zona de influência e no entorno regional norte-americano. Esse movimento tinha como base o processo de independência que muitas colônias americanas estavam atravessando, de tal modo que Guerras Napoleônicas passavam a ser assimiladas como um importante fator para a promoção dos EUA, que poderia se colocar na vanguarda de uma série de processos de independência pelo continente (seja por meio do apoio moral, por meio de declarações favoráveis às novas nações ou por meio de medidas mais claras de intervenção, a exemplo do que ocorreu em Cuba).

Como resultado, os EUA se autoproclamaram como os líderes do continente americano, num claro aceno aos europeus, numa tentativa de determinar que, a partir daquele momento em diante, a América seria uma zona de influência dos norte-americanos:

Desde 1823 e o anúncio da Doutrina Monroe, os Estados Unidos deixaram claro que não tolerariam que uma esfera de influência de grande potência na América Latina que rivalizasse com a sua capacidade de atuação. A independência dessa região da Espanha (e depois de Portugal) era do interesse da segurança nacional americana, e Washington se comprometeu a zelar para que essa situação não fosse perturbada. Até certo ponto, o pensamento americano foi baseado em considerações comerciais. Mas as principais preocupações de Washington eram geoestratégicas e relacionadas à segurança nacional. Se uma potência estrangeira hostil se firmasse nessa região, a defesa oferecida pelo Oceano Atlântico ficaria comprometida. Não apenas o sul dos Estados Unidos estaria exposto a embargos ou ataques, mas o controle americano sobre um canal do istmo que liga as costas leste e oeste dos Estados Unidos também poderia ser ameaçado. De uma maneira, a Doutrina Monroe não apenas era uma garantia para a América Latina de que nenhuma potência europeia voltaria a subjugar o continente, mas era uma declaração igualmente clara de que Washington considerava a região como sua própria esfera de influência, em que as preocupações de segurança americanas deveriam ser respeitadas pelos partidos locais. (SMITH, 2012, pg. 65, tradução nossa)

Nesse âmbito de intervenções e mudanças estruturais, um país em específico se destaca: o Haiti. Com relação a essa nação caribenha, tem-se no exemplo haitiano uma questão fundamental: uma nação negra que passava a arregimentar um governo

próprio. Nesse aspecto, um país composto por ex-escravos não seria, na visão de parte dos políticos norte-americanos, algo aceitável. Como resultado, a postura adotada pelo Governo dos EUA foi uma de represália e distanciamento, haja visto que quaisquer materializações internas do exemplo haitiano poderiam desembocar em variados empecilhos para a concretização da política externa norte-americana (MATTHEWSON, 1996).⁷

Como exemplo deste comportamento de cunho patronal, que busca delimitar as diretrizes internas de nações soberanas, mas não livres da habilidade norte-americana em ponderar e ditar as políticas arquitetadas por tais nações, tem-se que os seguintes trechos exprimem muito bem essa relação:

As ilhas poderiam ser deixadas sozinhas, mas o senador Henry Cabot Lodge alertou que, se isso acontecesse, elas poderiam se tornar “como o Haiti ou Santo Domingo [...] sem a Doutrina Monroe para impedir que outras nações interferissem” – com o que ele se referia à Alemanha ou ao Japão. (SMITH, 2012, pg. 65, tradução nossa)

O caso da República Dominicana, onde Wilson fez seu maior esforço para introduzir mudanças na América Latina, serve bem como um exemplo de como pode ser difícil criar um governo constitucional. Libertado da Espanha em 1821, o país foi rapidamente invadido pelo Haiti, que governou a ilha de forma mais cruel até 1844, quando finalmente os dominicanos lutaram para se libertar. O medo de um retorno haitiano alavancou a política caudilhista na República Dominicana, o que, por sua vez, gerou conflitos internos recorrentes, que se mostraram bastante evidentes quando os fuzileiros navais dos Estados Unidos desembarcaram em 1916. (MATTHEWSON, 1996, pg. 76, tradução nossa)

Tendo em mente esses trechos e a centralidade da zona de influência regional dos EUA, está claro que os americanos enxergavam a América Latina, enquanto uma localidade geográfica e estratégica, seja sua definição obsoleta ou absoluta, como parte epistolar deste espaço de influência permanente do seu país.

Nesse território vasto e múltiplo, a propagação de governos democráticos sempre foi uma das bases vitais para a expansão da política externa dos atores e políticos norte-americanos, que se procuraram projetar suas demandas e ações por meio do impulsionamento de líderes de movimentos inexistentes, que passavam a receber apoio dos EUA, ou opositores ferrenhos a quaisquer regimes contrários a

⁷ Nesse contexto, embora esse salto possa parecer desconexo de primeira, tanto o Haiti, como a ascensão de regimes socialistas (tanto na Europa como, em um segundo momento, em Cuba) e do surgimento da Guerra ao Terror demarcam a existência desses supostos fantasmas da política interna e externa dos EUA. Tais empecilhos seriam colocados em posições de destaque em meio a política externa norte-americana, que passaria a se projetar e fundamentar sobre eles para se propagar e angariar uma parcela considerável do eleitorado em torno dessas mesmas pautas.

influência norte-americana.⁸ Em linhas gerais, esse processo de promoção se deu em torno de um importante arranjo de financiamento de grupos de oposição, com uma série deles sendo gestados em meio ao próprio plano de ação dos EUA.

Nesse âmbito, é na América Latina que se constrói as primeiras experiências de intervenção dos EUA, sempre tendo em mente uma prioridade soberana, que colocava tais episódios em meio a um rol de atividades de proteção, as quais buscavam impedir o retorno da influência europeia sobre a região. Parte desses processos eram fundamentados em meio a um jogo de dupla movimentação de aproximação local, que se reverbera por meio de um distanciamento das ex-potências, mas que, ao mesmo tempo, procurava manter uma relação econômica com as mesmas.

Em meio a esse jogo, quem se beneficiava em muito eram os americanos, que podiam se aproveitar de uma posição de extremo privilégio, visto que eles conseguiam mitigar as ações econômicas das ex-metrópoles no espaço americano, ao mesmo tempo que passavam a assumir uma posição de principal parceiro econômico para uma série de países (feito este realizado em pouquíssimo tempo). Esta dupla movimentação se operava na base da substituição dos dirigentes locais, num movimento de mudança da capital da Metrópole europeia para Washington.

Como resultado prático, a América Latina se consagrou como essa esfera de influência permanente, sobre a qual os EUA projetaria suas forças econômicas, militares e políticas, em meio a um jogo de dois fronts: que buscava se utilizar da região como um laboratório de experimentos (que tentava testar os limites e restrições do processo de intervenção no Sistema Internacional) e que procurava estabelecer uma zona de influência permanente, sobre a qual a existência norte-americana, na visão dos agentes estatais, nunca seria ameaçada (LIVINGSTONE, 2009).

Por fim, no que diz respeito ao processo de constituição da primeira onda de democrática, embora haja diferenças notáveis entre as análises de Smith e Huntington⁹, tem-se que a mesma mantém conexões profundas e evidentes com os

⁸ Para além da América Latina, é notável, em meio a toda essa etapa de formação das premissas básicas de constituição dos EUA como um país ativo na esfera internacional, a influência dos norte-americanos em locais como a Filipinas, o Japão e a Alemanha (SMITH, 2012); seja por meio de um processo de intervenção militar direto, que procurava retirar as forças coloniais do território em questão, ou por meio de um projeto de desenvolvimento econômico e institucional, que se postulava como uma ferramenta essencial em meio a ascensão de todo um embate ideológico entre dois regimes antagonicos.

⁹ Nesse âmbito, deve-se delimitar que a concepção de Huntington, embora razoável, se constringe pelos termos eleitorais, ou seja: se releva as questões econômicas e sociais em detrimento da pauta

processos revolucionários dos EUA e da França, que, respectivamente, passavam por um processo de independência e por uma insurgência social favorável a um processo de mudança do modelo político vigente na época (de um lado a Guerra de Independência, do outro as Guerras Napoleônicas, o eventual Concerto de Viena e a derrocada do sistema colonial nas Américas).

Nesse âmbito, a influência norte-americana se constitui de maneira intrínseca a todo o processo, uma vez que o desenvolvimento histórico que dá origem aos EUA se reverbera na consagração de um evento internacional que influencia os mais variados países, mesmo que de maneira reduzida (se comparado com as ondas posteriores), a adotar bases constitucionais similares àquelas adotadas pelos americanos (HUNTINGTON, 1993).

3.2 A FASE CLÁSSICA

Do ponto de vista histórico, o fim da Guerra Hispano-Americana delimita o primeiro episódio de sucesso militar dos EUA contra um grande império, com exceção do seu próprio processo de independência (SMITH, 2013). Dito isto, o período de 1898 a 1945 pode ser assimilado como uma das etapas mais importantes da formação dos EUA, uma vez que nesse período de quase 50 anos os EUA passam de uma potência econômica dominante, mas ainda pouco impactante no cenário global, para a posição de potência hegemônica, que financiaria o processo de reconstrução europeu e arcaria com os custos, sejam eles militares, econômicos e políticos, de oposição ao regime soviético.

Nesse aspecto, vale enfatizar que uma parcela considerável da construção do cenário global que se seguiria a esse período histórico começa a se gestar em meio a esses quase 50 anos. É neste período que os ideais socialistas, que viriam a fundamentar uma série de processos revolucionários, começam a se alastrar pela Europa. Ao mesmo tempo, este momento histórico demarca a queda das potências europeias, que passam a exercer cada vez menos influência no mundo, muito em função das suas contínuas perdas em conflitos bélicos de proporções globais e em decorrência do surgimento de uma série de processos de independência em seus

jurídica, o que coloca o Direito ao voto como uma garantia essencial, sem a qual a existência de um regime democrático seria impossível. Enquanto, por outro lado, a análise Smith se fundamenta nos aspectos internos, com vistas a enfatizar o papel dos EUA em meio a esse longo e tortuoso processo de expansão do regime democrático em meio aos quatro cantos do mundo.

territórios ultramar. Processos estes que, como forma de exemplo, ocorrem aos mesmos moldes do caso espanhol, que viu suas colônias, uma a uma, assegurar sua independência e, muito em decorrência das guerras napoleônicas e da gradual perda de influência sobre as elites locais (o que se somou a expansão da influência dos EUA e da propagação dos ideais iluministas), o deslocamento das elites locais rumo a Washington.

Em meio ao conflito hispano-americano, pode-se argumentar que a política externa norte-americana de promoção de regimes democráticos se inicia com a figura de Woodrow Wilson (SMITH, 2013). Contudo, é na direção de Theodore Roosevelt que as bases para a esquematização desse sistema se arquitetam de maneira mais evidente, o que tende a ser esquecido por uma parcela considerável da literatura, que tende a colocar a figura de Roosevelt em segundo plano, muito em função do seu caráter particular e da sua conduta política pouco interessada com a construção de um regime político capaz de sustentar tal processo.

Contudo, é Roosevelt, para além de Wilson, que se empenha de maneira mais enfática em meio a delimitação da eventual zona de influência direta dos EUA, sobre a qual o país poderia se projetar de maneira direta e livre (QUINN, 2013).

No que diz respeito a sua postura e pensamento, sua atuação fica mais clara nos seguintes trechos:

Mas, apesar de tudo isso, Roosevelt não deve ser descartado como irrelevante para a tradição americana de promoção da democracia, nem descartado inteiramente como um antidemocrata iliberal. Embora, como foi exposto, ele próprio não fosse um promotor particularmente ávido ou eficaz da democracia, ele contribuiu significativamente para a tradição em três aspectos. [...] Primeiro, Roosevelt foi uma figura-chave na expansão dos horizontes da política externa americana e, ao fazê-lo, atrelou-a a um senso de missão e propósito que exigia envolvimento nos assuntos de nações estrangeiras. [...] Em segundo lugar, Roosevelt tinha um fervoroso apego ideológico ao conceito de 'civilização' e à importância de sua defesa e disseminação. [...] Finalmente, pode-se notar que, embora a divergência seja mais extrema no caso de Roosevelt, nem Wilson nem seus sucessores imitadores foram inequívocos ao definir a promoção da democracia como concessão de liberdade a outros povos para fazer o que quer que seja uma maioria acharam conveniente votar dentro de suas próprias fronteiras. (QUINN, 2013, pg. 49 e 50, tradução nossa)

Em resumo, a figura de Theodore Roosevelt se consagra em meio a formação dos aspectos mais ideológicos e teóricos, a partir dos quais os seus sucessores adicionaram novos contornos, numa tentativa de fundamentar todo o processo de intervenção e promoção de regimes democráticos em países estrangeiros que foi

propagandeado pelos norte-americanos. Roosevelt, nesse contexto, delimita as bases ditas civilizatórias de todo este processo, tendo como fundamento as premissas plenipotenciárias de soberania, que colocavam os EUA em meio a esse pedestal histórico, de modo a posiciona os norte-americanos em uma localidade contraditória, muito em função de suas críticas ao processo colonial e a sua perpetuação de medidas imperialistas (o que serve de base para alguns processos revolucionários, que sofrem com esse processo intervencionista e acabam por se rebelar contra os próprios norte-americanos).

Para além disso, Roosevelt se consagra como a figura capaz de dar novos contornos a Doutrina Monroe, muito em função do seu postulado, o Corolário Roosevelt, que delimitaria novas diretrizes para a política externa norte-americana, reforçando o papel intervencionista na América Latina e a ação mais direta sobre os governos locais como um processo aceitável e necessário (MITCHENER; WEIDENMIER, 2005). Com a instauração dessa nova doutrina de política externa, que se soma a um cenário mais claro de guinada da política internacional do país, com os EUA passando a operar de maneira mais direta sobre a América Latina, a tal ponto que os agentes políticos americanos começa a ditar os rumos internos de uma série de diferentes países.

Como exemplo, surge nessa época as ditas “Repúblicas das Bananas”, que se tratavam desses inúmeros países caribenhos cuja produção de produtos agrícolas era dominada pelos EUA, por meio da compra direta de gigantes extensões de terra, processo este que retirava a soberania dessas inúmeras nações caribenhas, colocando-os em meio a uma situação de insubordinação, que se pautava em meio a essa lógica de exploração a moldes similares aos dos europeus (CHAPMAN, 2014).¹⁰

Com vistas a esclarecer as bases de todo o movimento de propagação dos ideais democráticos norte-americanos, a figura de Woodrow Wilson se consagra como uma das mais importante, uma vez que as ideias de Wilson transcendem o seu tempo histórico, sendo a sua influência sentida em meio ao período entre guerras, a Guerra

¹⁰ Com respeito ao uso do termo “Repúblicas das Bananas”, tem-se que essa experiência de intervenção se demarca por um duplo movimento intervencionista, que se expressa tanto no front econômico, por meio da ação de empresas nessas localidades, como pela ação do Estado norte-americano, que assegura aos empresários a estabilidade que eles tanto almejam, seja por meio de ações militares ou pela dissuasão das elites locais, que reprimem quaisquer levantes numa tentativa de manter seus laços econômicos com os EUA intactos, o que beneficiaria a eles e aos americanos.

Fria e os governos antecessores e sucessores do evento de ataque às Torres Gêmeas (SMITH, 2012).

De modo geral, Wilson se consagrou como uma dessas figuras da política norte-americana que, apesar das inúmeras críticas que recebeu (a exemplo de Keynes), conseguiu se consagrar como esse personagem basilar, que delimitou o comportamento do Estado norte-americano de maneira fundamental, ditando toda uma onda de pensadores e pesquisadores que se debruçaram sobre suas contradições e adições, numa tentativa de perpetuar suas teses ou redimensioná-las em meio a formulação de um mundo diferente daquele vislumbrado por Wilson.

Nesse aspecto, a figura de Wilson se destaca por meio desse projeto de longo prazo, que coloca os EUA em meio a essa posição de pilastra de sustentação do sistema internacional, numa tentativa de evitar o surgimento de um novo conflito como aquele que havia tomado forma no começo do século XX.

Para além de Roosevelt e Wilson, Franklin D. Roosevelt se consagrou como um dos presidentes mais importantes da história dos EUA, muito em função da sua vastíssima trajetória de poder e da sua considerável capacidade de resolução de embates amplamente presentes na sociedade norte-americana (MCCULLOCH, 2013). Em partes, a administração de Roosevelt se destacou por meio de três diferentes pontos: a recuperação econômica norte-americana após a crise de 1929, o esforço de Guerra que foi empregado para derrotar os nazistas e a composição de uma ordem global que colocava os EUA no centro do cenário internacional.

Em primeiro lugar, a recuperação propiciada pela direção de Roosevelt o colocou em meio ao rol de presidentes que mais fizeram pelo povo e pelos conglomerados norte-americanos, assegurando a ambos a existência de um cenário econômico mais estável e satisfatório a ambas as partes, criando um número considerável de empregos e salvando uma gama de empresas tidas como vitais (MCCULLOCH, 2013).

Em segundo lugar, ao entrar na Segunda Guerra Mundial, os EUA se consagraram novamente como um dos aliados do lado vencedor, mas desta vez os americanos conseguiram se aproveitar de um cenário externo extremamente favorável, visto que no momento de entrada do efetivo americano, as tropas soviéticas já partiam para uma investida estratégica que eventualmente destruiria as forças militares nazistas no leste europeu. Nesse contexto, os EUA se beneficiaram de um cenário de destruição completa, tanto dos soviéticos, como dos europeus (aos

mesmos moldes do que ocorreu no lado Oriental, entre Japão e China). Como consequência dessa destruição total do Velho Continente, a necessidade de reconstrução passou a se pautar por um massivo projeto de injeção de capital, que só seria possível para um país que não tivesse sofrido com qualquer investida massiva em seu território.

Por fim, em terceiro lugar, a direção de Roosevelt se consagrou pela concepção de uma lógica internacional focalizada nos EUA, que beneficiam consideravelmente do estado de destruição sobre o qual os europeus se encontravam, delimitando as diretrizes para a liberação de capital e as instituições que iriam se responsabilizar por todo esse processo, sejam elas o BM, o FMI e a ONU, as quais fundamentaram a projeção norte-americana por meio da criação de condicionantes atrelados a suas ações, ou seja: os empréstimos, assim como os mais variados mecanismos de auxílio, seriam concedidos somente com a aprovação dos americanos (SMITH, 2013).

Como resultado, Roosevelt se assegurou como o presidente que delimitou a formação de um cenário em que os EUA, enquanto credor mundial, seria capaz de estabelecer uma gama de imposições, para as quais não se pretendia permitir quaisquer alternativas. Esse processo era fundamental para as mais variadas ações de intervenção em países ameaçados por quaisquer episódios socialistas, uma vez que isso diminuiu ao máximo o número de possibilidades existentes de contestação, o que assegurou aos americanos um pano de fundo similar àquele experienciado pelos europeus ao longo do século XIX, que também se beneficiaram de zonas vulneráveis para espalhar ao máximo as suas atividades econômicas a localidades periféricas. Com a diferença de que desta vez, ao contrário do que ocorreu anteriormente, a expansão norte-americana se daria tanto para países periféricos como centrais, numa tentativa de assegurar sua presença econômica, militar e política nos mais variados espaços possíveis, visto que o fantasma poderia se espalhar, dado seu caráter sobrenatural, para os inúmeros cantos do planeta.

Em síntese, Roosevelt se consagrou como essa figura epistolar, sem a qual a história dos EUA seguramente não seria a mesma:

Apesar dessas ressalvas, como uma declaração inicial da grande estratégia que sustentaria o restante de sua presidência, a declaração de Roosevelt em 1936 merece muito mais atenção de historiadores e cientistas políticos do que geralmente recebeu. Sua declaração não apenas mostra que ele estava mais preocupado com o destino da democracia na Europa durante o primeiro mandato como presidente do que normalmente se supõe, mas também

forneceu a base para o desenvolvimento de suas ideias sobre a promoção da democracia durante o restante de sua presidência. (MCCULLOCH, 2013, pg. 73, tradução nossa)

Deixando de lado essa análise das principais figuras da política norte-americana, tem-se que a primeira onda antidemocrática, esse processo se inicia com a marcha sobre Roma, evento esse capitaneado pela figura de Benito Mussolini, que conseguiu, em um cenário extremamente fragilizado, ascender ao poder, destituindo o regime democrático que havia tomado forma na Itália após a Primeira Guerra Mundial (HUNTINGTON, 1992).

Nesse contexto, tem-se que a Primeira onda antidemocrática se fortalece de maneira concomitante à ascensão dos regimes de cunho fascista europeus, que se proliferam da Itália para Alemanha, assim como para territórios como a Lituânia, Polónia, Bulgária e afins, países já marcados pela existência de importantes núcleos neonazistas, que passariam a apoiar com veemência os alemães no momento de chegada dos mesmos (ARENDR, 1999). Parte desse processo demarca um ponto chave da estratégia norte-americana de propagação de regimes democráticos: a centralidade do aporte econômico aos mais variados agente estatais e privados, com vistas a assegurar um nível de desenvolvimento econômico mínimo, sem o qual a ascensão de regimes antidemocráticos se tornaria inviável (parte dessa discursiva ascende em meio ao embate entre os americanos e o soviéticos, com os EUA propagando enfaticamente a necessidade de desenvolvimento capitalista em países como a Alemanha e o Japão, num intuito de frear o comunismo por meio da construção de sólidas bases materiais).

Salvo algumas poucas exceções (Japão, Alemanha e Kosovo), os processos de intervenção norte-americana se mostraram, em sua grande maioria, falhos nesse ponto. Como resultado, embora um esforço colossal de propagação de regimes democráticos tenha sido realizado, uma grande parcela deles ruiu, muito em função da incapacidade norte-americana em compreender a correlação de forças locais e da falta de mecanismos de articulação de bases econômicas sólidas ao desenvolvimento de um sistema democrático mais concreto.

Nesse mesmo intuito, é interessante ressaltar que, ao contrário do que a grande parcela do público acredita, o Japão não estava presente em meio aos planos de reconstrução dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial. Somente com a ascensão do PCJ, já em 1947, que os norte-americanos começam a levar em conta a necessidade

de se intervir em mais um país asiático, levando os mesmos a apoiarem o surgimento de alguns grupos políticos japoneses de extrema direita, que passaram a regular o capital político com “mão de ferro”, impedindo a ascensão de qualquer regime contrário as demandas norte-americanas. Aos mesmos moldes do que ocorreu na Coreia do Sul e no Taiwan, que observaram a ascensão de regimes socialistas ser minada pelo jogo político norte-americano, que preferiu bancar ditaduras sanguinárias a ver o surgimento de quaisquer regimes de oposição a seus ideais, o que acarretou a formação de partidos políticos locais comprometidos a defender, quase que exclusivamente, os ideais norte-americanos (MOURA, 2021).

Embora mantenha suas diferenças, esse mesmo processo de recrudescimento dos regimes antidemocráticos que marcou a primeira onda antidemocrática se assemelha em muito com o atual período histórico, com uma diferença gritante: os EUA estão, pela primeira vez na sua história, incluídos em meio a esse rol de nações que podem ver seu regime político se alterar em função da ascensão de líderes políticos contrários às mesmas bases democráticas que os pais fundadores cunharam suas ideias. Nesse contexto, esse novo cenário se destaca, como será melhor exposto mais abaixo, como um ponto de real transição, visto que este momento histórico pode demarcar a existência de um ponto de inflexão sem precedentes (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019).

No que diz em específico ao processo de ascensão dos EUA, tem-se que o período da Primeira Guerra Mundial a Segunda Guerra Mundial demarca o início e a consagração do projeto norte-americano de alargamento das suas bases políticas, econômicas e militares sobre o globo. Nesse período de quase 30 anos, os EUA saíram da posição de potência coadjuvante, que já exercia um poder influente (mas que ainda tentava se estabelecer mais claramente em meio ao jogo político internacional), para a posição de potência hegemônica. Consagrando-se por meio dos acordos de Bretton Woods, da Doutrina Marshall e da formação do embate entre americanos e soviéticos. Neste processo, os EUA conseguiram transferir parte considerável do regime capitalista para a sua zona de influência, passando a exercer um papel ativo em meio ao espaço internacional, delimitando grande parte dos fluxos financeiros internacionais. Ao mesmo tempo, os americanos conseguiram direcionar uma parcela considerável do seu capital acumulado e excedente para as regiões mais assoladas pelo conflito e para os locais tidos como pontos estratégicos (nos quais o embate entre os ideais capitalistas e socialistas se mostrava mais evidentes, a

exemplo do Leste Europeu, da Península Coreana, do Vietnã, do Japão e da Alemanha). Parte deste projeto se fundamentou numa clara iniciativa de propagação de um ideal democrático, que se concretizou por meio da ressurreição dos 14 pontos de Wilson, tendo a sua figura renascido em decorrência do embate da Guerra Fria, consagrando-o como uma das figuras mais importantes da política externa dos EUA, na contramão do que havia ocorrido logo após a sua saída do cargo de presidente.

3.3 A FASE HEGEMÔNICA

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e da ascensão de um modelo de desenvolvimento econômico assentado na figura dos EUA, que passaria a se projetar por meio de instituições como o FMI (GUIMARÃES; LADEIRA, 2021; AKERMAN; PESSOA, 2020), o BM e a ONU; o embate entre soviéticos e norte-americanos se tornou o ponto epistolar da política externa do mundo ocidental, com a Europa e os EUA assumindo, mesmo que em espaços diferentes, a função de coibir ao máximo o surgimento de movimentos políticos contrários às diretrizes econômicas do projeto que se formulava.

Em meio a esse contexto de recuperação da economia mundial, os EUA lançaram mão de uma campanha em massa de injeção de capital em países ditos periféricos, com a oposição a partidos de cunho marxista, socialista ou comunista se tornando o principal fator de direcionamento a tais investimentos (mantendo-se uma ênfase nos países europeus e asiáticos).

Nesse quesito, deve-se ter em mente que a Segunda Guerra Mundial demarcou a consagração dos EUA como potência militar e econômica, o que já havia sido analisado com a presença deles na Primeira Guerra Mundial, mas que, em particular a este momento histórico, se consagrou em meio a um contexto único, que possibilitou aos EUA a capacidade de arraigar uma posição nunca experienciada por qualquer país no mundo, nem mesmo pelos britânicos. Parte deste processo se fundamenta, como assinalado acima, na formação de um sistema internacional cujo EUA ditaria as diretrizes formadoras de todo essa sistemática de pesos e contrapesos, sobre os quais os EUA poderiam ditar suas regras e reformular quaisquer diretrizes ditadas por eles.

Do ponto de vista retórico e prático, pode-se dizer que a figura de Harry S. Truman se configura por meio de seu caráter disruptivo, a partir do qual a noção de combate ao comunismo se tornaria ponto epistolar. Em resumo, é no governo de

Truman que os EUA assumem uma nova posição frente ao processo de expansão de regimes de cunho democrático, deixando de lado quaisquer noções idealizadas, substituindo-as com uma efusiva política de combate ao comunismo:

Na Doutrina Truman de 1947, o presidente comprometeu os Estados Unidos com a defesa da liberdade, onde quer que ela fosse ameaçada. Este foi um evento marcante que estabeleceu que, por razões de idealismo e segurança nacional, os Estados Unidos seriam ativos na disseminação e, se necessário, na defesa da democracia em todo o mundo. [...] Um exame minucioso da presidência de Truman apresenta um quadro mais complexo do que essa dicotomia exagerada e, em particular, revela uma ambivalência definidora nas atitudes de Truman. Isso decorreu de dois de seus princípios fundamentais que, ao serem operacionalizados no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, produziram uma política externa que guardava em seu cerne impulsos contraditórios. Esses dois princípios, simplificados, eram um forte apego à abordagem internacionalista identificada com Wilson e uma crença igualmente forte de que a segurança nacional americana estava ameaçada pela expansão do comunismo soviético. [...] Truman também era firmemente anticomunista. Ele nunca demonstrou qualquer simpatia pela URSS e, de fato, no verão de 1941, antes de Washington e Moscou se tornarem aliados, ele declarou publicamente que esperava que a Alemanha e a URSS lutassem entre si até a exaustão. (FOLLY, 2013, pg. 86-88, tradução nossa)

Nesse contexto, tem-se na figura de Truman a configuração de um regime de política externa calcado e baseado no combate ao dito “expansionismo” soviético, o que resultaria na criação de medidas como o Plano Marshall, a Doutrina Truman e o NSC-68; os quais, de maneira direta ou indireta, apontavam a “ofensiva” soviética como ponto central da ação dos dirigentes estatais americanos, que deveriam passar a agir de maneira enfática no combate ao comunismo, o que somente salientava o caráter extremamente reacionário da figura de Truman, que assimilava o embate entre Ocidente (EUA e Europa) e Oriente (URSS, Vietnã, Península Coreana, China, Laos e afins) como o ponto focal da política externa dos norte-americanos a partir daquele dado momento histórico (FOLLY, 2013).

Como resultado prático, o Plano Marshall deu os rumos do processo de recuperação econômica das ex-potências europeias, assim como possibilitou o direcionamento de recursos a regiões onde o comunismo se mostrava iminente. Já a Doutrina Truman lidava com os aspectos, digamos, mais ideológicos, num intuito de se apoderar da discursiva e da retórica para se contrapor ao surgimento de quaisquer partidos ou grupos próximos aos soviéticos. Por fim, o NSC-68 aborda toda a questão militar, com o claro intuito de aumentar os gastos militares dos EUA, numa tentativa de deliberar uma clara mensagem aos soviéticos: quaisquer ameaças serão retalhadas por meio do uso de armamento pesado.

Com o início da Guerra Fria e a ascensão do embate entre os americanos e soviéticos, a política externa norte-americana de propagação de regimes democráticos assumiu uma função secundária, muito em decorrência da mudança interna de postura dos tomadores de decisão dos EUA. Nesse contexto, a prioridade norte-americana se deslocou para a delimitação de medidas preventivas de combate ao alastramento do comunismo.

Como exemplo desse processo, tem-se o caso japonês. Em 1947, passando por um árduo processo de recuperação econômica, os japoneses optaram por eleger ao poder um número considerável de membros do PCJ. Nesse âmbito, os EUA, que até então assumia uma postura de relativa irreverência com o desenvolvimento deste país asiático, passou a agir de maneira enfática em meio a política interna do governo japonês, seja por meio do financiamento de grupos de extrema direita, o que resultou na proibição do PCJ.

Para além do caso japonês, temos que a mesma política se manifesta em meio aos contextos da Península Coreana e da ilha de Formosa (Taiwan). Em ambos os casos, de maneira similar ao que ocorreu na ilha nipônica, os EUA tomaram uma decisão de financiar grupos de extrema direita, que, tanto nos casos da Coreia do Sul e de Taiwan, estabeleceram regimes ditatoriais, nos quais um grupo seletivo de indivíduos foram selecionados para ditar as normas econômicas de tais nações, num movimento político extremamente autoritário, que garantiu a ascensão de economias extremamente desenvolvidas, mas que, durante bons anos, se viram livres de quaisquer senso mínimo de Democracia, aos moldes daquela que os EUA tanto lutaram para promover ao mundo e proclamar como sua grande ação (MOURA, 2021).

Como resultado, parte dos tomadores de decisão e dos pacotes de ajuda se direcionaram, quase que exclusivamente, para as medidas de prevenção do processo de alastramento dos ideais comunistas, mantendo-se uma especial atenção para o regime soviético, que era colocado em meio a todo esse embate como ferramenta central de toda a lógica de propagação de ideias contrárias aos princípios norte-americanos de Democracia e livre mercado.¹¹

¹¹ O que explica a concentração de recursos na Ásia e na Europa, que passam a ser assimilados como as duas mais importantes áreas de influência dos soviéticos, sendo a disputa por tais esferas de poder central para a consagração dos desejos americanos de expansão de manutenção do seu papel de destaque no mundo ocidental.

Em decorrência desse processo de deslocamento, tem-se que os EUA deixaram de lado uma série de medidas de fomentação do processo de democratização, o que fez com que a imagem internacional do país assumisse contornos extremamente prejudiciais, o que se aliava com a ascensão de medidas imperialistas, tais como a Doutrina Monroe, o Corolário de Roosevelt e a Política do Big Stick. Nesse contexto, as ações norte-americanas, embora sempre tenham sido cunhadas em meio a uma série de atitudes imperialistas, passam a se engrossar consideravelmente com a ascensão do embate norte-americano e soviético.

Como forma de exemplo, o Macartismo se consagra como a expressão máxima desse processo de promoção de toda uma política de combate a quaisquer ideias tidas como contrárias ao desenvolvimento do sistema capitalista e das Democracias liberais.

Como resultado de tais medidas, os EUA assumiram uma posição que, até aquele momento, ainda não tinha se materializado, o que se consagrou com a delimitação de uma política externa assentada, quase exclusivamente, por meio de bases ideológicas (a tal ponto que a aproximação com os chineses se tornou uma possibilidade concreta, haja visto o embate sino-soviético ter capitalizado nos formuladores da política externa norte-americana a necessidade de se conter a vertente soviética do socialismo como o principal foco do país, sendo os chineses tratados como um mero subproduto da teoria marxista, que poderia muito bem ser domado com o fim da Guerra Fria).

Como resultado do embate americano-soviético, a promoção de regimes antidemocráticos aliados aos EUA se tornou um embate importante, visto que o apoio aos regimes socialistas, mesmo que o termo aqui utilizado se refira muito mais a regimes progressistas, e não revolucionários, se tornou um dos grandes impedimentos para a manutenção do plano de democratização que os americanos financiaram por décadas. Como exemplo, a América Latina se tornou esse palco de medidas imperativas, que buscavam impedir quaisquer medidas de revolução similares àquelas que Cuba havia adaptado, a tal ponto que o terror da cubanização do espaço latino-americano se tornou uma das questões mais centrais para a política externa norte-americana em meio ao continente.

Como consequência, os EUA passaram a investir em massa na região (mesmo que esse fluxo tenha se mantido constante somente no período posterior a crises dos mísseis), tanto do ponto de vista econômico, como militar e político, com o afluxo de

informações e montantes aumentando consideravelmente em decorrência da ascensão de movimentos revolucionários na América Latina.

Em um segundo momento, a ascensão do Partido Comunista na China, já em 1949, viria a colocar os americanos em uma posição dual, que passaria a apoiar o regime maoista em decorrência do surgimento de embates entre os chineses e os soviéticos, o que abriria uma janela de oportunidades para os americanos, que enxergaram nessa relação conflitante uma maneira de barrar o espraiamento da promoção de regimes socialistas na Ásia. Para além dessa janela de oportunidades, é importante salientar que tal processo de fomento das bases econômicas dos chineses não se limitava somente pela tentativa de construção de uma contraofensiva estratégica, mas por estratégia material, que enxergava na China a potencialidade da expansão de uma empreitada imperialista, a partir da qual os mais variados setores industriais poderiam se aproveitar da mão de obra chinesa barata e eficaz para aumentar suas taxas de lucro (MOURA, 2021).

Já na Península Coreana, os norte-americanos colocaram em prática uma política de intervenção militar direta, aos mesmos moldes do que ocorreria no Vietnã, que visava liquidar quaisquer possibilidades de ascensão de regimes socialistas capazes de controlar toda a península.

Como resultado prático, se estabeleceu uma campanha militar ostensiva de combate aos revolucionários norte-coreanos, o que se seguiu de um intenso processo de injeção de capitais na Coreia do Sul, que passaria a se beneficiar imensamente dos fluxos financeiros, enquanto as condições internas se mantinham, do ponto de vista político, extremamente complexas, muito em função de todo o processo de financiamento do regime sul-coreano ter sido direcionado a um regime ditatorial, que se beneficiaria dos vastos investimentos norte-americanos para financiar uma economia de poucas gigantes (os ditos chaebols), que passariam a dominar a economia, sendo o amparo político de extrema importância para que tais medidas fossem implementadas de maneira satisfatórias.

Ademais, Taiwan se consagrou como um segundo exemplo asiático de como um regime ditatorial foi brutalmente financiado pelos EUA com vias a impedir a ascensão de qualquer via socialista. Em particular ao caso de Taiwan, o governo norte-americano atuou de maneira ativa no país articulando a ascensão de um regime antidemocrático, ao mesmo tempo em que a soberania dos mesmos foi jogada de

lado, com os americanos deixando de reconhecê-los como reais representantes da China (MOURA, 2021).

Em síntese, a discursiva norte-americana propagava, com o início do embate entre URSS e EUA, por uma política de contraposição total, a partir da qual quaisquer métodos seriam aceitos, mesmo que tais viessem a corroborar para o surgimento de regimes de cunho ditatorial (o que não aponta para uma inversão histórica da discursiva e prática de ação dos norte-americanos, mas somente uma reafirmação do caráter extremamente contraditório dos EUA ao longo da sua história), tal como aponta o seguinte trecho:

Assim, a OTAN incluía a Grã-Bretanha, França, Bélgica e Holanda, todas potências coloniais, e Portugal, então governado pelo autoritário Antonio Salazar. As relações com a Espanha de Francisco Franco e mesmo com a Iugoslávia de Josip Tito melhoraram lentamente, sem nenhuma tentativa óbvia de condicionar o apoio, a ajuda ou o investimento americano à democratização. Da mesma forma, na Ásia, Chiang Kai-Shek e Syngman Rhee da Coreia do Sul receberam apoio americano. Se foi reduzido para Chiang, não foi por causa de suas falhas democráticas, mas porque ele passou a ser visto como uma causa perdida – e de qualquer maneira foi aumentado novamente após sua expulsão da China continental. O furor doméstico que se prendeu a Truman após a derrota final de Chiang em outubro de 1949 apenas destacou as vantagens políticas de colocar as credenciais anticomunistas acima das democráticas, ou melhor, considerá-las essencialmente sinônimos. A consequência logo ficou aparente, com a rápida decisão de Truman de ir em auxílio da Coreia do Sul de Rhee quando invadida pelo norte comunista em junho de 1950. (FOLLY, 2013, pg. 94, tradução nossa)

Com vias a esclarecer os aspectos já apresentados neste trabalho, é de necessário compreender uma questão central ao desenvolvimento de toda a ideia de escrita: a projeção externa dos norte-americanos se fundamenta em uma procura por agentes externos, que, do ponto de vista discursivo, fundamentam quaisquer ações militares. Nesse aspecto, tem-se que os EUA se manifesta internacionalmente por meio desse embate de visões, aos mesmos moldes que os europeus, em meio aos mais variados processos coloniais e imperialistas, projetavam suas noções e visões colocando seus sistemas como pontos basilares do desenvolvimento de um projeto internacional.

Como uma nação, os EUA se projetam internacionalmente visando delimitar as bases de um sistema político favorável à sua consagração, e a criação de ameaças internacionais, seja com um intuito de mascarar as suas problemáticas externas ou para assegurar suas demandas nos mais variados cantos do planeta, é uma parte

fundamental desse processo, que permite que a mobilização interna se pautar por um fio condutor concreto: a Democracia.

Prosseguindo com a análise presidencial, à figura de John F. Kennedy, que governa os EUA entre 1961 e 1963, tem-se que seu governo se demarca pela questão de Cuba, pelo fracassado episódio da Invasão da Baía dos Porcos, pelo recrudescimento dos regimes antidemocráticos na América Latina e pela Crise dos mísseis (que se consagra como o momento mais crítico de todo embate entre os EUA e a União Soviética).

Para além dos momentos históricos marcantes, o governo de Kennedy se demarca pela existência de uma figura política que, apesar das próprias limitações do momento histórico, se mostra inclinado, mesmo que minimamente, a apoiar os mais variados episódios de independência que ocorriam no Terceiro Mundo.

Nesse aspecto, é importante apontar que esse processo não vinha acompanhado de uma defesa pela independência de escolha desses países, mas pelo suporte aos movimentos que optassem pela guinada aos preceitos democráticos propagados pelos EUA, sendo a via comunista tida como um empecilho, que seria combatido de maneira clara e direta, a exemplo do que ocorreu em Cuba e nos mais variados países latino-americanos que vieram a sofrer nas mãos de ditaduras financiadas pela direção de Kennedy (ROPER, 2013). Como consequência, Kennedy só reitera o ponto principal da análise: a Democracia só se constitui como um sistema viável e desejado quando as noções deste arranjo político já estão previamente catalogadas e delimitadas pelos agentes políticos norte-americanos.

Já a figura de Lyndon Johnson, que passou a ocupar o cargo de presidente dos EUA após o assassinato de John F. Kennedy, se delimita por um processo de continuação da política externa norte-americana, com Johnson adotando uma parte considerável da discursiva e da atividade de seu antecessor. Contudo, Johnson se diferencia exatamente no grau em que essa aparente manutenção se mantinha, uma vez que, ao contrário de Kennedy, sua capacidade de combinação entre as questões internas e externas elevou sua política a um patamar de maior complexidade, a partir da qual a junção entre a promoção de regimes democráticos e a condição interna dos EUA se alinhavam em meio a uma retórica de erradicação dos supostos problemas que levariam ao surgimento do comunismo, sendo eles o analfabetismo, a pobreza e a doença (ROPER, 2013). É neste momento, para além de quaisquer outros, que se intensifica a análise do comunismo como um problema de desenvolvimento.

Prosseguindo, tem-se que a figura política de Jimmy Carter se direciona por uma agenda pós-imperialista, arquitetada em torno de um discurso promotor dos Direitos Humanos e dos regimes de cunho democrático (DUMBRELL, 2013). Nesse contexto, a própria definição acerca dos ditos Direitos humanos assume, já sob a direção de Carter, uma noção mais específica:

O esforço mais conhecido para definir 'direitos humanos' foi realizado no contexto da política externa de Carter, que foi feito realizado pelo secretário de Estado Cyrus Vance, em abril de 1977. Para Vance, 'direitos humanos' incluíam direitos à 'integridade da pessoa', notadamente no que diz respeito de tortura e prisão arbitrária; o "direito à satisfação de necessidades vitais como alimentação, abrigo, cuidados de saúde e educação"; e 'liberdades civis e políticas', notadamente em relação ao voto, liberdade de expressão e viagens. A definição de Vance indicava claramente a possibilidade de que os "direitos humanos" pudessem se estender além das definições comuns de promoção da democracia, incluindo direitos econômicos. O próprio Carter às vezes incluía os direitos econômicos como parte de seu compromisso com os "direitos humanos", enquanto Andrew Young (embaixador nas Nações Unidas até sua demissão em 1979) descrevia a pobreza como "o obstáculo básico para a realização dos direitos humanos para a maioria das pessoas". (DUMBRELL, 2013, pg. 123, tradução nossa)

Contudo, a ampliação conceitual, embora extremamente importante, não recebe grande apoio dos agentes internos, que passam a assimilar a figura de Carter a imagem de uma espécie de sonhador, que detém ideias interessantes, mas inadequadas para o contexto da Guerra Fria e do impedimento do surgimento de regimes comunistas. Em síntese, tem-se que a direção de Jimmy Carter, embora se perpasse por inúmeras contradições, apresenta resultados concretos em dois pontos: auxiliar na queda das ditaduras estabelecidas na América Latina e na queda do regime soviético (DUMBRELL, 2013).

No que se refere à figura de Ronald Reagan, pode-se dizer que o governo deste presidente se consagra pela materialização de um discurso político mais marcado pela pauta econômica. Roosevelt procura, mesmo que de maneira sorrateira, dissociar a pauta ideológica da política externa, numa tentativa de elevar a projeção norte-americana a um pedestal, sobre o qual a questão econômica seria colocada como apartidária, aos mesmos moldes da expressão: menos emoção, mais razão.

Nesse quesito, o governo de Reagan se pauta majoritariamente pela questão do desenvolvimento do Neoliberalismo e do vislumbre do fim do embate soviético, a partir do qual a ascensão de um regimento liberal sem rivais seria uma realidade possível e nunca experienciada por qualquer presidente norte-americano que assumiu

após o fim da Segunda Guerra Mundial. Para além da questão econômica, tem-se que o regime de Reagan se demarca pelo fim dos regimes ditatoriais na América Latina, que perpassam por um tortuoso, mesmo que convicto, processo de redemocratização, que são marcados pela ascensão de regimes de cunho neoliberal, os quais tentam colocar em prática um processo de abertura política e econômica, aos mesmos moldes do que ocorre no Brasil, com o surgimento, em nível nacional, da figura de Fernando Collor de Mello, e no Chile, com a consagração das medidas econômicas empregadas pela figura política de Pinochet, que se consagra como um dos grandes exemplos de liberalização econômica do Sul Global (NAVARRO, 2007).

Do ponto de vista histórico, o governo de Bill Clinton se caracteriza por meio de um momento de transição internacional, aos mesmos moldes do que havia ocorrido com a figura de Harry S. Truman, com a diferença de que o momento de Clinton era demarcado pelo fim da União Soviética, enquanto a direção de Truman iniciava seu pleito em meio ao início do embate entre soviéticos e americanos. Nesse particular contexto de transição, marcado pela adoção de novas medidas e posturas, o governo de Clinton se caracteriza por assumir uma política externa que tem como bases a promoção de Democracias por meio da atividade econômica e pela defesa de um aporte teórico que afere as Democracias a ideia de que a possibilidade de ocorrerem embates entre elas é muito improvável, para não dizer impossível (BOUCHET, 2013a).

Como resultado, parte considerável da estratégia de Clinton se direcionava para a promoção de melhores condições econômicas aos países do ex-Bloco Soviético, o que acarretou na execução de um projeto político vexaminoso, uma vez que a tentativa de aproximação com a Rússia e os países sobre a influência do antigo Pacto de Varsóvia teve como norte um projeto mal financiado, com exceção de Kosovo, que nunca esteve às alturas da realidade, o que acarretou na execução de uma série de episódios em que a falta de recursos já sinalizava para uma eventual falha (BOUCHET, 2013a).

Para além dos países do antigo bloco soviético, o mesmo cenário de fracasso se repetiu na América Latina (que passava por um processo exitoso de democratização, que pouco, ou quase nada, era influenciado pelos EUA), na África, na Ásia e no Oriente Médio.

Com relação ao último, tem-se que a ação norte-americana sobre a região foi quase que exclusivamente direcionada a questão energética, com a promoção de regimes democrático assumindo uma posição de extrema obsolescência, visto que a

garantia de hidrocarbonetos se colocava como prioridade irremediável, sendo a defesa dessa postura uma questão central para os EUA, que acobertavam tais medidas por meio da necessidade de se prevenir a ocorrência de novas crises do petróleo (BOUCHET, 2013a).

Como atesta o seguinte trecho, a direção de Clinton se configura como um governo, que salvo poucas exceções, ficou marcado pela adoção de uma série de medidas vexaminosas:

Apesar das deficiências apontadas acima, o governo Clinton deixou um legado positivo para a promoção da democracia americana. Ele marcou uma etapa importante em sua institucionalização, transformando esforços díspares iniciais em uma abordagem mais ampla. Neste quadro, em conjunto com o aumento da retórica democrática, a política em relação a alguns países foi fortemente influenciada, tendo havido tentativas de incorporar a democracia na construção da nação como Bósnia, Haiti e Kosovo. (BOUCHET, 2013a, pg. 170, tradução nossa)

Nesse processo histórico de formação da política externa norte-americana, a promoção de ondas democráticas se estabelece como um ponto focal, por meio do qual o surgimento de novas Democracias se torna parte da visão de longo prazo dos dirigentes estatais dos EUA.

Nesse contexto, a fase Hegemônica se caracteriza pela ocorrência de quatro diferentes ondas, embora a última ainda esteja ocorrendo, sendo elas a segunda onda democrática (1943 – 1962), a segunda onda antidemocrática (1958 – 1975), a terceira onda democrática (1974-1994) e, por fim, a terceira onda antidemocrática (1994-2021). Parte desta ocorrência de inúmeras ondas é resultado direto da ampla alteração do espaço internacional, sendo a queda do regime soviético, o surgimento de inúmeras nações na África e a ascensão chinesa alguns dos múltiplos processos que explicam este fenômeno. Como consequência deste conturbado processo de transição, é necessário ressaltar que, embora a ideia de ondas seja fundamental, suas capacidades analíticas são relativamente limitadas, embora as mesmas se configurem como importantes aspectos analíticos, mas incapazes de dar plena razão ao atual momento histórico.

Nesse ínterim, tem-se que os mais variados processos de ascensão e queda de diferentes partidos ao poder se estabelecem, com os EUA, na contramão do que havia ocorrido historicamente, se tornando mais um dos, dentro dos mais variados casos de análise dos pesquisadores, países sobre os quais pensadores e teóricos

passaram a se debruçar sob, visto que surgiu no país, com o surgimento político da figura de Donald Trump, a possibilidade de um eventual regime antidemocrático em pleno solo americano, embora a mesma esteja muito distante da realidade.

3.4 A FASE IMPERIALISTA PROGRESSIVA

Como um período histórico, o momento mais recente se delimita pela ascensão de um novo status quo, a partir do qual o embate soviético se sucederia a uma guerra econômica entre EUA e China, pela ascensão de uma série de regimes democráticos (mesmo que este mesmo fenômeno tenha cedido lugar a um processo de reversão das ditas conquistas), pelo surgimento de toda uma série de países a zona de influência do sistema capitalista e pelo início de um prolongado processo de intervenção militar, encabeçado pelos EUA, sobre o qual a noção de combate ao terror e a guerra a uma série de órgãos terroristas se daria em meio a uma esfera de atuação mais central.

Nesse ínterim, o governo de George W. Bush delimita o início de toda essa nova fase, sendo o atentado às Torres Gêmeas o começo de uma Guerra ao Terror, o que marcaria o surgimento de uma nova fonte de direção para a política externa norte-americana, que passaria a focar na questão terrorista, substituindo a ameaça comunista por esse novo problema. Como resultado, tem-se que a política externa norte-americana, ao contrário do que os críticos ao governo Bush avaliavam, toma uma guinada muito clara na promoção de regimes democráticos, embora tal mudança tenha surgido no seio de um problema inesperado, mas não imprevisível (LYNCH, 2013; SMITH, 2012).

Em síntese, a política externa de promoção de regimes democráticos de Bush se destaca por sua ênfase no espaço árabe e na possibilidade de expansão desse regime político:

Pode ser que a maior contribuição de Bush, apesar de um retorno inicialmente fraco dos investimentos americanos (tanto de soldados quanto de recursos econômicos), tenha sido tornar a democracia um projeto concebível no mundo árabe. Obama, neste quesito, não foi tão “unBush”, a ponto de ter evitado a guerra naquele teatro em nome de uma população muçulmana oprimida (na Líbia). Obama, por suas ações, não rejeitou fundamentalmente o diagnóstico de Bush, que defendia que o problema árabe era um que envolvia muita pouca democracia e muito pouco esforço americano para promovê-la. (LYNCH, 2013, pg. 193, tradução nossa)

De certa, pode-se argumentar que, dadas as óbvias diferenças, a transição de poder entre as direções Bush e Obama se delimita pela manutenção de uma série de similaridades entre ambos os governos, com a postura frente a questão do Oriente Médio sendo um dos pontos mais idênticos a ambos os presidentes:

O argumento mais irritante que alguém poderia fazer na política americana é que o presidente Obama, precisamente porque parece tão liberal, tão vacilante, tão bom, é um neoconservador mais eficaz do que o presidente Bush. Como costuma acontecer, o argumento é tão irritante em parte porque é tão verdadeiro [...] De muitas maneiras, estamos vivendo o terceiro mandato de George W. Bush no Oriente Médio, e nem os amigos nem os inimigos do presidente Obama querem admitir isso. [...] bem mais da metade do mandato do presidente Obama, podemos ver que a mudança de regime e a promoção da democracia continuam sendo a base da estratégia americana no Oriente Médio – e essa força não é excluída quando se trata de alcançar os objetivos americanos. (LYNCH, 2013, pg. 192, tradução nossa)

Como resultado, a ascensão de Obama a posição de líder de Estado se delimita pela manutenção de uma postura muito similar à de seu antecessor republicano, com a leve diferença de que a Democracia, enquanto um projeto de política externa, passou a ser colocada em segundo plano, com o surgimento dos ditos três Ds: diplomacia, defesa e desenvolvimento; ficando o D de Democracia sujeito, mesmo que nos primeiros anos da direção Obama, a uma posição de menor destaque, como ficaria claro no discurso de Obama em Cairo, no qual a temática de promoção de regimes democráticos seria colocada de escanteio (CAROTHERS, 2013). Como resultado, Obama foi responsável por colocar a Democracia em uma posição de menor destaque.

Como salienta Smith (2013), a invasão dos EUA ao Iraque e ao Afeganistão demarca o início de um movimento de ruptura, o que marcaria o início de um longo e tortuoso processo de readequação de forças, que levaria os EUA a uma posição de extrema fraqueza, se comparado com os momentos dos pós-Segunda Guerra Mundial e do embate histórico entre soviéticos e norte-americanos. Dentro deste jogo de cadeiras, os EUA passaram a cooptar parte da comunidade internacional a embarcar em meio a seu discurso marcadamente xenofóbico e preconceituoso, que passou a assimilar os cidadãos afegãos e iraquianos a uma posição de simples bonecos de ação, a partir dos quais a tomada de decisões se pautaria por uma gama de líderes corruptos e desonestos, ficando a encargo dos EUA a tarefa de livrar tais locais de suas mazelas.

Com o fim do processo de intervenção, ficou claro que os EUA já não apresentavam a mesma força e pujança de antes, sendo o novo cenário marcado por inúmeras incertezas e possibilidades. De um lado, a rápida ascensão de Donald Trump fez com que as próprias bases internas passassem a ser contestadas, uma vez que a eleição de um candidato evidentemente contrário ao processo democrático abalou em muito a figura da sólida Democracia norte-americana (LEVITSKY, ZIBLATT, 2019). Contudo, a eleição de Biden representou, mesmo que de maneira efêmera, a rigorosidade dos mecanismos de controles internos.

Nesse cenário tortuoso e incerto, a ascensão da China, o conflito entre Ucrânia e Rússia, e a possibilidade de ascensão de uma regime internacional não controlado pelos americanos faz do atual momento histórico um marco importantíssimo para a compreensão das ondas democráticas, uma vez que é possível, dentro desta nova lógica internacional, averiguar a ocorrência de uma nova onda-antidemocrática (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019), e o possível surgimento de uma nova fase de expansão da influência norte-americana, haja vista que o cenário atual pode rumar para o fim da fase imperialista progressista.

Em meio a esse cenário de incertezas e dúvidas, uma coisa se mantém clara: os EUA continua a sustentar sua posição de excepcionalidade, seja em meio ao embate sino-americano (por meio da demonização do regime chinês e de suas supostas intencões imperialistas e agressivas); o conflito entre Ucrânia e Rússia (por meio da revitalização da OTAN em meio a um projeto de revitalização dos regimes democráticos no Leste Europeu); a formulação de um espaço internacional marcado pelo embate entre civilização ocidental e seus adversários.

Em linhas gerais, pode-se observar que a Guerra ao Terror, sucedida pelo embate aos soviéticos, está se transformando no combate aos chineses, com a noção de Democracia fundamentando toda a discursiva ideológica deste processo, a partir do qual os EUA tentam mais uma vez se posicionar em meio a um pedestal histórico, relegando a si mesmos a tarefa de “consertar” o mundo ocidental.

4. O CASO DE CUBA

Do ponto de vista histórico, o caso de Cuba deve ser analisado como fundamental para a compreensão do processo de formação da política externa norte-americana. Sua relevância data do começo do século XIX, com a figura de Thomas Jefferson (1801 – 1809) ilustrando muito bem a centralidade do território espanhol em meio aos seus postulados de política externa, que ficaram conhecidos como *Empire for Liberty*. Como exemplo das ideias e noções defendidas pelo presidente norte-americano, é possível averiguar a centralidade da ilha em uma correspondência entre Jefferson e James Madison, na qual se destaca a necessidade, na visão de Jefferson, de se assegurar o controle sobre o território caribenho:

Eu imediatamente começaria por erguer uma coluna no limite mais ao sul de Cuba, a fim de inscrever os limites intransponíveis da influência americana naquela direção [...] Será contestado por recebermos Cuba, que nenhum limite pode ser traçado para nossas futuras aquisições. Cuba pode ser defendida por nós sem uma marinha. Isso desenvolve o princípio que deve limitar nossos pontos de vista. Nada jamais deveria ser aceito que exigisse uma marinha para defendê-lo. (JEFFERSON; MADISON, 1995, tradução nossa)

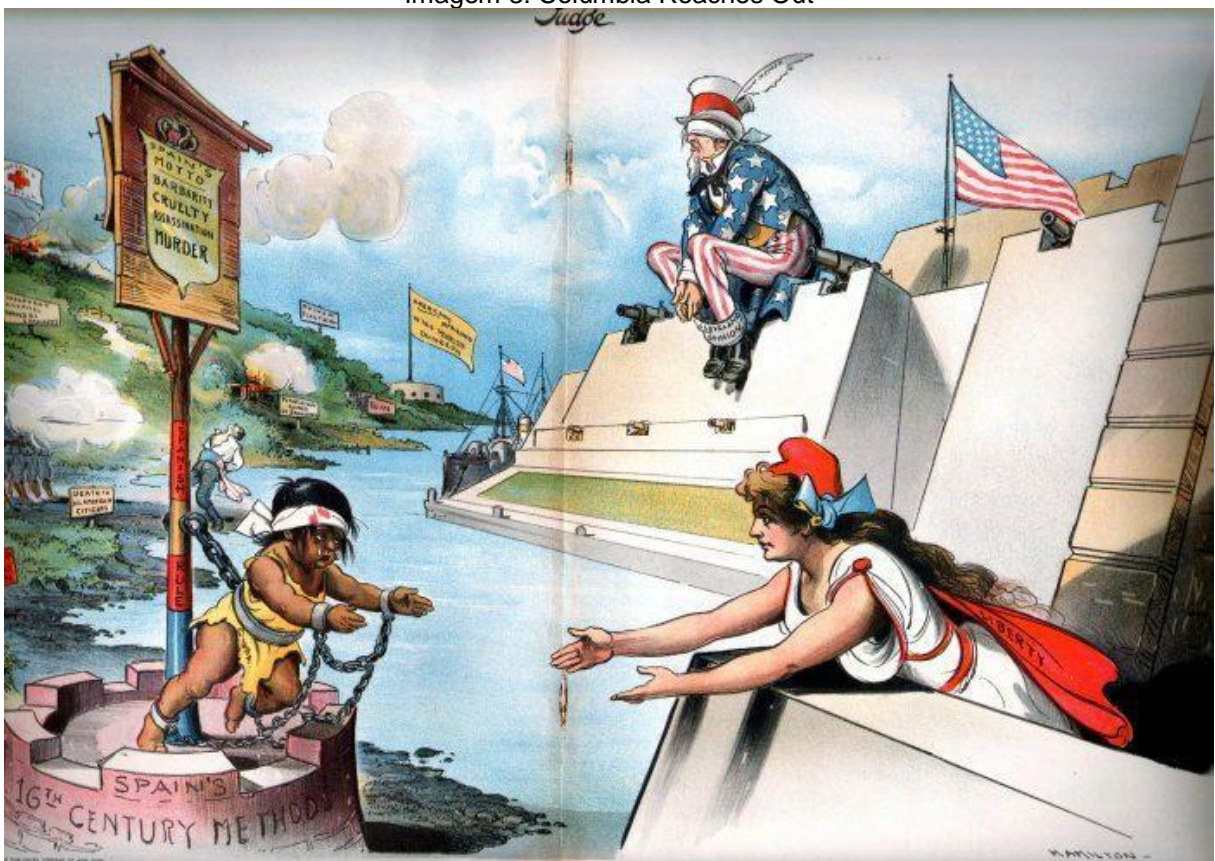
Em linhas gerais, Cuba pode ser analisada como esse ponto de partida, que se destaca desde sua constituição e se mantém no centro das atenções com o desenrolar do embate entre EUA e URSS. Cuba é, para além de qualquer outro exemplo regional, o marco inicial da atuação dos EUA na América Latina e no mundo (sendo as Filipinas o único caso histórico que se assemelha com a ilha caribenha). Seu destacado processo de independência, que se consagra pelo apoio americano, e sua eventual trajetória revolucionária, que se postula em oposição a influência dos ianques, eleva este país a uma posição de extremo destaque.

É na noção do *Empire for Liberty*, na Doutrina Monroe e no Corolário Roosevelt que a intervenção em Cuba ganha corpo. Nesse contexto, a imagem *Columbia Reaches Out to Oppressed Cuba* (elencada logo abaixo) representa muito bem essa ideia de benevolência e superioridade que os EUA procuravam perpetuar no quadro de John Gast e em meio às múltiplas ideias disseminadas por Jefferson, Monroe e Roosevelt.

No que se refere às imagens *Columbia Reaches Out to Oppressed Cuba* e *American Progress*, pode-se averiguar a manutenção de um elemento em ambas: a personificação feminina dos EUA. Para além da ilustração da República, ambas as

obras se pautam por essa tentativa de alavancar os EUA como o grande propagador da civilização e da Democracia. Contudo, em *Columbia Reaches Out to the Oppressed Cuba* a força bélica norte-americana se transplanta para a imagem, com a figura do Tio Sam vedada em meio ao poderio militar dos EUA, sendo essa representação proposital, uma vez que a inação norte-americana em Cuba era vista por Jefferson como um erro, o que não deveria se manter, haja visto que ele analisava que toda a ideia do conceito de *America of Liberty* se pautava por uma política externa atuante e eficaz no entorno americano.

Imagem 3: *Columbia Reaches Out*



Fonte: HAMILTON, 1897.

4.1 DA GUERRA HISPANO AMERICANA A REVOLUÇÃO DE CUBA

Enquanto um espaço de análise de atuação da política externa norte-americana, Cuba se configura como esse exemplo epistolar, a partir do qual uma série de decisões e ações foi pautada. A Ilha se tornou um ponto de relevância a partir da Guerra Hispano-Americana. Nesse momento, para além de qualquer outro marco da história norte-americana, os EUA passaram a atuar de maneira mais clara no espaço

internacional, garantindo, ao mesmo tempo, a independência de Cuba, embora devessem ser feitas inúmeras reservas a esse processo, e a conquista de um importante ponto estratégico.¹²

Uma vez conquistada a sua independência, Cuba se torna parte fundamental da zona de influência norte-americana, com a ilha passando a assumir uma posição tripla: fornecer commodities agrícolas baratas aos americanos, servir de base para o estabelecimento de uma legítima colônia de férias e, assim como Porto Rico, ser utilizada por sua centralidade geográfica e, como resultado, estratégica. Nesse contexto, a proximidade da ilha com a Flórida e a América Central garantiu aos EUA um importante espaço de destaque no Caribe.

Uma vez assegurada a independência de Cuba pelos EUA, se instaurou um regime constitucional pautado pelo controle da ilha por seus vizinhos ao norte. Como resultado, a Emenda Platt estabeleceu-se como o mecanismo mais importante para a manutenção da soberania norte-americana sobre a ilha, haja visto que ela assegurava aos EUA o direito de intervenção na recém-formada nação. Nesse aspecto, a Emenda se configurava como entreposto legal para qualquer resolução de conflitos entre os dirigentes locais e os empresários e políticos norte-americanos, sendo os seus artigos de maior destaque o terceiro e o quarto, nos quais a intervenção é tida como um direito dos EUA:

III. Que o governo de Cuba consinta que os Estados Unidos exerçam o direito de intervir pela preservação da independência cubana, pela manutenção de um governo adequado à proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual e pelo cumprimento das obrigações com respeito a Cuba imposta pelo tratado de Paris aos Estados Unidos, agora a ser assumida e assumida pelo governo de Cuba. (tradução nossa)

IV. Que todos os Atos dos Estados Unidos em Cuba durante sua ocupação militar sejam ratificados e validados, e todos os direitos legais adquiridos de acordo com os mesmos sejam mantidos e protegidos. (tradução nossa)

Ademais, esse mesmo processo pode se averiguar no próprio texto constitucional do país, que, para além de se consagrar como o documento que consagrava a independência da ilha frente a Espanha, se delimita pela circuncisão de uma série de mecanismos legais que viriam a defender uma eventual intervenção na ilha, numa tentativa de legitimar a influência americana. Ademais, os próprios cubanos foram obrigados a adotar a mesma estrutura política que vigorava nos EUA.

¹² Na mesma dinâmica que havia ocorrido no Haiti, onde os norte-americanos pautaram essa iniciativa de intervenção por meio da necessidade de se mostrar superior ao colonizado e ao colonizador.

Como resultado desse processo de legitimação da ação norte-americana na ilha, entre 1902 e 1934, enquanto vigorou a Emenda Platt e a primeira constituição do país, Cuba sofreu com 3 diferentes processos de ocupação pelos EUA, sendo a ilha assimilada como um entreposto comercial, aos mesmos moldes do que imaginavam os políticos americanos do começo do século XIX, os quais contemplavam na ilha uma simples extensão do território americano, fundamental para a eventual ascensão norte-americana (RODRÍGUEZ; TARG, 2015).

Com a revogação da Emenda Platt, já em 1934, a independência da ilha ainda não estava garantida, mas a dependência econômica atingiu tal ponto que a simples possibilidade de se retirar a influência norte-americana sobre Cuba se mostrava uma possibilidade remota, para não dizer inexistente. Parte deste processo de dependência já estava em construção antes mesmo da independência da ilha, mas com o desenrolar dos eventos as relações econômicas entre o ilhéu caribenho e o gigante continental se estrearam a tal ponto que os próprios espanhóis começaram a se preocupar:

Em 1869, 62% de todas as exportações cubanas (primordialmente açúcar) foram para os Estados Unidos, enquanto apenas 3% para a Espanha. De acordo com um estudo do início do século XX, em 1890 os Estados Unidos eram o principal mercado destino das exportações de Cuba, com o montante das transações representando uma economia de US\$58.557.641, o que representou 82% do total daquele ano. Na década de 1880, quase 94% da produção açucareira de Cuba era exportada para os EUA. As autoridades coloniais espanholas procuraram conter essa tendência. No entanto, eles logo perceberam que era irreversível e optaram por lucrar com isso. Os EUA se tornaram, de fato, a metrópole econômica de Cuba. Em suma, antes da intervenção dos Estados Unidos em 1898, Cuba já era uma economia de monocultura fortemente dependente do mercado norte-americano. (RODRÍGUEZ; TARG, 2015, tradução nossa)

Contudo, a revogação da Emenda Platt, embora tenha sido mecanismo essencial para a construção da imagem de uma América menos intervencionista, não marcou qualquer mudança concreta, uma vez que a sua revogação foi seguida pela ascensão ao poder de Fulgêncio Batista ao poder (sanguinário ditador que comandou Cuba por praticamente 20 anos).

Em resumo, Batista foi responsável por derrubar o regime de Gerardo Machado, já em 1933, passando a controlar o território cubano por meio de presidentes fantoches até 1940, quando se tornou presidente. Entre 1940 e 1944, durante sua presidência, estabeleceu-se uma série de reformas econômicas e

políticas amplamente aceitas pelos mais variados setores da população e da política (com o próprio partido socialista apoiando algumas de suas iniciativas).

Contudo, prestes a sair da presidência, Batista optou por deixar a ilha em frangalhos, numa tentativa de dificultar a situação de seu sucessor, o que se seguiu a um período de exílio para Batista e uma relativa instabilidade na ilha de Cuba.

Com a manutenção do quadro de instabilidade, Batista retorna a ilha em 1952, com o intuito de se tornar presidente de Cuba mais uma vez. No mesmo ano, Batista se elegeu o décimo terceiro presidente dos pais, passando a realizar mais um mandato, cuja duração se alastrou até 1959. Nestes 7 anos de governança, Batista conseguiu instaurar uma verdadeira ditadura em Cuba, uma verdadeiramente sanguinária e violenta, passando a se utilizar de métodos de tortura e repressão, sendo suas ações perpetradas por meio de uma aliança entre os grandes latifundiários, parte dos influentes empresários e políticos americanos interessados na ilha, e uma parcela do sistema político de Cuba (ARGOTE-FREYRE, 2006).

Como exemplo das ações de Batista, durante seu governo a influência norte-americana se acentuou e a dependência econômica, política e cultural da ilha ganhou dimensões nunca vistas, com a ilha se transformando em um simples fornecedor de entretenimento e commodities agrícolas aos americanos. Nesse contexto, Batista se comportava como mascote do império ianque e de parte das elites cubanas, sendo as suas ações importantes motivadores que levaram Cuba a uma eventual revolução.

Somente em 1959, com a ocorrência da Revolução Cubana, que a ditadura de Batista finalmente cedeu espaço. Nesse contexto, parte do sucesso da revolução foi resultado da ação das forças rebeldes, que se destacaram por seus métodos únicos de guerrilha, capazes de lidar com as forças internas e com as eventuais forças externas financiadas pelos EUA.

Uma vez feita a revolução, os dirigentes do movimento se encontraram em meio a uma situação muito complexa, haja visto que a queda de Batista era desejável aos americanos, mas a sua substituição por um governo marcadamente nacionalista e antiamericano era algo extremamente prejudicial a manutenção do status da ilha. Como resultado, não demorou muito para que os Cubanos assimilassem a aproximação com a URSS como um fato necessário para a própria manutenção da soberania da ilha.

Nesse quesito, parte da razão da guinada ao socialismo se explica pela incapacidade norte-americana em lidar com as forças internas de Cuba, obrigando-

as, de certa forma, a se aliar com o regime soviético, haja vista que estes representavam a única alternativa viável para a manutenção da soberania da ilha, que passaria a sofrer com inúmeros embargos, sendo tais impedimentos comerciais resultado de um processo pouco interessado em promover quaisquer instituições democráticas na ilha, mas sim punir os cubanos por sua suposta insubordinação.

Em outras palavras, é por meio desta tentativa de sufocamento da economia caribenha que a intentona norte-americana se demonstra muito pouco inclinada a promover regimes democráticos, uma vez que a opção pelos embargos e a eventual invasão da Baía dos Porcos fez com que os cubanos se aproximassem ainda mais dos soviéticos. Neste contexto, a opção pelo isolamento da ilha fez com que quaisquer perspectivas de promoção de Democracia se tornassem parte de um vislumbre distante e inviável, o que somente reitera o caráter discursivo da promoção de regimes democráticos, uma vez que a praticidade de tais medidas não encontra na realidade lastro.

4.2 A DINÂMICA DA GUERRA FRIA E A IMPOSIÇÃO DO EMBARGO

Com a derrocada do processo revolucionário, Cuba rapidamente se viu envolvida por um processo de pressão externa sem precedentes em sua história. A possível ameaça de uma insurreição antiamericanista se alastrar pelo restante do continente fez com que a política externa norte-americana avaliasse a inação como um caminho impossível, o que faz de Cuba a prioridade regional dos EUA.

Nesse contexto, a aproximação cubana com os soviéticos se apresentava como a alternativa mais viável, uma vez que o contexto da Guerra Fria se demonstrou extremamente desfavorável para a adesão de uma postura terceiro mundista (muito em função da proximidade dos cubanos em relação ao EUA e da situação de equiparidade militar americano-soviética).

Com a intensificação do processo de intervenção norte-americano, ocorreu a invasão da Baía dos Porcos. A intentona norte-americana se demonstrou uma tentativa frustrada de invasão, na qual forças paramilitares da América Central, em conjunto com um pequeno número de americanos, procuraram invadir a ilha de Cuba. Parte do otimismo americano na missão se assentava na eventual ajuda interna, por meio do suporte da população local, e pela surpresa que a operação teria. Contudo, os cubanos tomaram ciência da invasão de antemão e conseguiram se preparar, ao

mesmo tempo que a população local, na contrapartida do que os dirigentes americanos esperavam, não se juntaram aos combatentes contrários ao regime socialista (FARIAS, 2008; ALTMAN,2021).

Como resultado desse acirramento das relações diplomáticas e da efetuação de uma ação militar em solo cubano, a insurreição cubana optou finalmente por uma guinada socialista, deixando de lado seu caráter estritamente nacionalista e passando a adotar o cenário revolucionário defendido por Che Guevara (que desde o início da insurreição via o socialismo soviético com bons olhos). Sendo este o exato momento em que a política externa norte-americana assume seu caráter mais agressivo, passando a vislumbrar em Cuba um inimigo em potencial, por meio do qual a influência da URSS abriria um flanco estratégico sem precedentes, a partir do qual seria necessário que os EUA se preparassem. Como resultado dessa guinada diplomática, os EUA começam a alavancar uma postura de embargos sem fim, restringindo ao máximo o regime de Cuba ao seu comércio com a URSS (o que aproximou ainda mais os cubanos aos soviéticos).¹³

Ponto ápice deste embate foi a Crise dos Mísseis de 1962, que ficou marcado como o momento mais quente entre os americanos e os soviéticos. Neste contexto, Cuba foi utilizada pelos soviéticos como moeda de barganha para a retirada de parte do arsenal americano na Europa, como especial atenção para a Turquia.

Contudo, o desenrolar das relações entre Cuba e os EUA foi relativamente estável, com os americanos insistindo em manter um discurso punitivista e uma abordagem econômica de isolamento, numa tentativa de frear ao máximo possível o desenvolvimento de Cuba, que era obrigada a estreitar seus laços com a URSS.

Neste contexto, durante a Guerra Fria a postura norte-americana se manteve intacta, enquanto uma parcela considerável do espaço internacional passava a vislumbrar a ação dos EUA com maus olhos. Como resultado, o número de votos favoráveis à manutenção dos embargos na Assembleia Geral da ONU caiu consideravelmente (Tabela 1).

¹³ Parte desta mesma dinâmica ainda se observa hoje, por meio da manutenção dos embargos econômicos. Nesse contexto, a opção por um isolamento de Cuba faz com que a aproximação entre a ilha e os EUA se torne impossível, sendo este método muito pouco eficaz para a promoção de quaisquer perspectivas democráticas em Cuba.

Tabela 1 – Votações para o fim do embargo econômico e comercial americano

Votação Bloqueio AGNU	1992	1998	2005	2016
A favor	59	157	182	191
Contra	3	2	4	0
Abstenção	71	12	4	2

Fonte: Site da Onu

Em resumo, o período que se estende de 1959 a 1991 foi marcado por um repentino e rápido acirramento das relações diplomática, com a Invasão da Baía dos Porcos e a Crise do Mísseis de Cuba marcando os momentos mais tensos entre as relações políticas entre Cuba e os EUA. Contudo, o restante do período foi marcado por um quadro menos tenso, mas não menos complicado para os cubanos, que passaram a sofrer com um quadro crônico de dependência com os soviéticos e tiveram sua capacidade internacional minada pelos inúmeros embargos impostos pelos EUA.

Neste contexto, a iniciativa de promoção de regimes democráticos, que já era um fantoche da ação norte-americana em 1898, se perpetuou em meio a manutenção do mesmo quadro diplomático por quase 60 anos, com a opção pelo isolamento sendo sobreposta a quaisquer perspectivas de promoção de regimes democráticos na ilha (o que só viria a ser enfatizado em meio aos múltiplos golpes militares que viriam a tomar forma na América Latina).

4.3 O FIM DA GUERRA FRIA E A MANUTENÇÃO DO STATUS QUO

Com o fim do embate entre URSS e EUA, houve uma manutenção da política de contenção máxima, passando a preponderar na política externa dos EUA com Cuba a necessidade de promoção de um regime democrático na América Latina. Contudo, a queda do regime soviético não se prosseguiu a uma diminuição dos embargos e ao aumento das tratativas diplomáticas, embora importantes passos tenham sido tomados para liberar um pouco a economia de Cuba (Abrahams; López-Levy, 2010).

O século XXI, na contrapartida do que deveria ter sido observado com a queda do regime soviético, foi marcado pela manutenção de uma postura puramente ideológica, de tal modo que a retirada dos mísseis e o colapso do maior parceiro cubano não fez com que os dirigentes norte-americanos pudessem analisar Cuba como uma nação soberana com seus direitos e deveres no espaço internacional, mas, sim, como uma ameaça ainda viva.

Como resultado, a manutenção do embargo e do clima de hostilidade demarcou que a situação entre ambas as noções não seria fundamentada por uma melhoria nas relações, mas por um acirramento da disputa ideológica. Nesse âmbito, o que se seguiu ao conflito foi a tentativa de retornar Cuba aos tempos de Batista (como forma de garantir a soberania norte-americana sobre a ilha e assegurar parte das demandas políticas de uma parcela considerável do eleitorado norte-americano):

O lobby pró-embargo persegue os Direitos Humanos de maneira seletiva. O Conselho da Liberdade de Cuba é o exemplo clássico de manipulação dos direitos humanos para fins puramente anticomunistas. Muitos daqueles que se organizaram em torno do Conselho de Liberdade de Cuba estavam ligados, seja por meio de laços políticos ou pela familiares, à ditadura de Batista, que rejeitava os Direitos Humanos e rompia a ordem constitucional cubana. Sendo justo, alguns dos mais declarados defensores do embargo eram meras crianças na época das "*Pascuas Sangrientas*" do Coronel Cowley e dos assassinatos cometidos por Ventura e Mansferrer. Ainda assim, eles nunca expressaram pesar pelas atrocidades praticadas pela tirania de Batista e como isso contribuiu para o fim da democracia em Cuba. (Abrahams; López-Levy, 2010, tradução nossa)

Em termos gerais, a queda do regime soviético, na contrapartida do esperado, acirrou as disputas pela ilha, inviabilizando quaisquer perspectivas de aproximação dos EUA com a ilha, mesmo com o acentuado crescimento de descendentes mais interessados em estreitar seus laços com sua terra natal e com as inúmeras iniciativas econômicas de parte de alguns setores econômicos dos EUA (Abrahams; López-Levy, 2010).

Neste contexto, Cuba se encontra em meio a este limbo diplomático, uma vez que já não é uma ameaça aos norte-americanos e, ao mesmo tempo, permanece com o mesmo status político e diplomático que se instaurou após 1959.

Em resumo, a história de Cuba é uma narrativa perfeita da ação norte-americana. Sua independência se pauta por um processo de subordinação assistida, em que os EUA fomentam toda uma narrativa interna de sustentação da necessidade de intervenção, com vistas a angariar o máximo de apoio interno o possível. Concluída

esta etapa, os EUA se utilizam de sua superioridade bélica frente ao rival europeu e asseguram a conquista territorial, o que se segue a implementação de um regime fantoche e dos mais variados mecanismos legais de defesa da ação norte-americana. Contudo, a necessidade de remodelação da imagem norte-americana faz com que o mecanismo mais importante seja revogado, mas não sem a implementação de um dirigente local capaz de operar o sistema político em conformidade com as demandas políticas dos EUA e de parte das elites locais. Entretanto, a manutenção desse regime de subordinação se mostra insustentável, com a via revolucionária se mostrando extremamente eficaz aos métodos de combate empregados pela elite local.

Com a derrocada do processo revolucionário, os EUA mais uma vez optaram por perpetrar métodos muito pouco favoráveis à promoção de quaisquer perspectivas democráticas, com as vias do isolamento econômico e da intervenção militar sendo assimiladas como os únicos caminhos possíveis. Como resultado, opta-se por adotar uma abordagem isolacionista, que se utiliza do outro (do diferente) para perpetrar as mais variadas atrocidades no restante do continente, sendo essas mesmas ações uma forma de reação a uma possível guinada socialista, o que resultaria na realização da Operação Condor e no financiamento econômico e militar dos mais sanguinários e violentos regimes políticos observados na América Latina.

Em síntese, a ação norte-americana em Cuba é a personificação perfeita da ação dos EUA nos mais variados locais do espaço internacional. Sua condição se pauta pela manutenção de um quadro de fomento a regimes de oposição, sempre tendo-se como pretexto a Democracia, mas nunca realizando quaisquer medidas concretas de promoção dela. É em meio a esta lógica que a centralidade do discurso ganha forma, com os EUA utilizando-se da noção de Democracia de maneira latente, alterando ao seu bel prazer aquilo que se almeja propagar em Cuba. Em outras palavras, é nesta constante construção da política externa que se averigua a centralidade da análise de discurso, haja visto que este processo de formulação, embora distante de estabelecer quaisquer resultados concretos e efetivos, é resultado direto das influências discursivas e da capacidade de persuasão dos mais variados agentes, que procuram sempre pautar sua ação em aspectos moralmente aceitáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa norte-americana, assim como o processo de intervenção europeu na África, se vale de princípios morais e lógicas materiais. A Democracia, neste contexto, se configura como o subterfúgio da ação americana, por meio do qual os EUA constroem sua imagem de pilar de sustentação da sociedade moderna e tudo de bom contido nela. Sendo, neste cenário em construção, o papel dos EUA um de criação e manutenção de uma ordem supostamente democrática, por meio da promoção de organizações internacionais e de arranjos capazes de consolidar a visão norte-americana.

Em meio a este cenário, o seguinte trabalho, por meio dos aportes analíticos de Huntington (1993) e Smith (2012), e da análise de discursos e falas oficiais, procurou ressaltar como a Democracia, enquanto um mero arranjo político, foi sendo moldada aos anseios norte-americanos.

Neste âmbito, as fases pré-clássica e clássica podem ser analisadas como essa fase de construção. Sendo assim, são nestas etapas que a discursiva e a lógica de atuação ganham forma, com a Democracia se configurando como um mero elemento discursivo, haja vista que a necessidade de constituição interna e o relativo isolamento norte-americano ainda se constituem como entraves para a expansão da zona de influência norte-americana, o que não é uma realidade na América Latina, que já teve parte considerável de suas economias e arranjos políticos fortemente influenciado pelos norte-americanos.

Contudo, com a iminente vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, em conjunto com a formação de um mundo bipolar, os EUA passam a contemplar uma fase praticamente hegemônica, haja visto que, embora a influência soviética seja importante, as capacidades econômicas e militares dos EUA lhe asseguram uma política externa extremamente atuante. Nesse âmbito, a transição da fase imperialista para a fase imperialista progressiva só ressalta esse caráter hegemônico, com os EUA, mesmo com a ascensão da China, ainda sendo tidos como a maior potência do espaço internacional.

Em linhas gerais, este processo de constituição da política externa norte-americana, que se inicia de maneira mais evidente em 1898, se delimita por um constante refinamento do conceito de Democracia e das ferramentas ao dispor dos agentes diplomáticos. Nesse sentido, cada caso de análise se configura como único,

haja visto que a capacidade de ação, embora guiada por uma mesma discursiva, se perfaz de maneiras múltiplas. Como resultado, a promoção de Democracia em Cuba se pauta em meio a reiteração do caráter de dominação dos EUA na América Latina; enquanto Taiwan tem sua existência condicionada aos embates sino-soviético e sino-americano; e o Leste Europeu se delimita pela capacidade, em primeira instância, da influência soviética e, em um segundo momento histórico, pela manutenção, ou pelos menos tentativa de, dessa zona de influência dos russos.

São nestes inúmeros exemplos que a noção de Democracia se constrói, sempre em oposição a um outro. Nos mesmos moldes do bárbaro. O americano perpetua a mesma concepção de diferente que os gregos e romanos, que realizam um processo de diferenciação em relação àquele que é visto como diferente. Nesta construção do diferente, a oposição se dá sempre em relação ao estrangeiro, mas a sua materialidade se faz presente no espaço interno, uma vez que a existência de possíveis ameaças circunscritas à esfera internacional não é capaz de angariar apoio popular, sendo necessário, aos mesmos moldes do que ocorreu com o Macartismo, a construção de uma ameaça iminente.

A noção de Democracia se formula em meio a uma relação de oposição e constante construção, sendo o indivíduo privado deste regime capaz de absorver quaisquer noções ou ideias, mesmo que elas não lhe sejam afeitas. Como resultado, a Democracia, enquanto um regime político desejável, é colocada em segundo plano.

Como exemplo, em Cuba se procura ao máximo implementar um regime de oposição ao partido comunista do país, enquanto a concretização de um eventual arranjo democrático é totalmente sucateada. Nesse contexto, a manutenção dos embargos se delimita muito mais por uma tentativa interna de minar quaisquer tentativas de manutenção do regime de Cuba, para que alguns poucos cubanos na Flórida possam se beneficiar de uma comprovação histórica de posse sobre certas extensões de terra na ilha. Em partes, a manutenção do embargo é fruto de uma demanda interna, calcada no desejo de certos habitantes dos EUA de restabelecer o regime que havia sido previamente estabelecido quando seus pais ou avós tinham inúmeras extensões de terra na ilha. Sendo a implementação do embargo um veículo de punição e a manutenção de uma ordem econômica capaz de agradar a demanda de certos grupos internos, que enxergam no mesmo uma necessidade sem comparação.

Em linhas gerais, o intuito do seguinte trabalho se pautou por uma tentativa de análise da discursiva norte-americana, por meio da análise histórica da política externa norte-americana. Parte da construção da análise se pautou pela exposição histórica e do entroncamento entre as mais variadas vertentes internas de pensamento. Como resultado, a ênfase no papel dos presidentes e suas respectivas posições foi fundamental, sendo fundamental a compreensão de toda a temática.

Retomando-se a pergunta inicial do trabalho: como os EUA manipulam/instrumentalizam diferentes discursos sobre a Democracia, de modo a utilizá-los como ferramenta de expansão de sua política externa? Os EUA manipulam/instrumentalizam a noção de Democracia por meio da construção de um jogo de dois fronts. Em um primeiro momento, há um processo de construção interno do perigo, com as noções disseminadas pela Doutrina Monroe, pelo Corolário Roosevelt, o Plano Marshall servindo de sustento para a ação norte-americana. Em um segundo momento, tem-se a efetivação deste processo, que pode se dar por meio da ação militar, econômica ou política.

Em síntese, é por meio da formulação ideológica que a discursiva democrática se constitui, mas sua realização tende a se espairecer com a passagem do tempo. São por meio das disputas internas, da gestação de figuras de contestação e dos mais variados arranjos internacionais que a Democracia se constitui, com a necessidade de manutenção das ameaças imperando sobre o agente político, que deve estar a todo momento pronto para apontar um dedo para o próximo alvo.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, Ariel; PESSOA, João Paulo; WELLER, Leonardo. The West's Teeth: IMF Conditionality During the Cold War. **The World Economy**, 2020.

ALLISON, Graham T.; BESCHEL, Robert P. Can the United States promote democracy?. **Political Science Quarterly**, v. 107, n. 1, p. 81-98, 1992.

ALTMAN, Max. Hoje na História: 1961 – EUA tentam invadir Cuba pela Baía dos Porcos. Opera Mundi, São Paulo, 17 abr. 2021. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/3708/hoje-na-historia-1961-eua-tentam-invadir-cuba-pela-baia-dos-porcos>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ARENDRT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARGOTE-FREYRE, Frank. **Fulgencio Batista: The Making of a Dictator**. Rutgers University Press, 2006.

BARNES, Julian E.; COOPER, Helene. Trump Discussed Pulling U.S. From NATO, Aides Say Amid New Concerns Over Russia. **The New York Times**, Washington, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/01/14/us/politics/nato-president-trump.html>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BOUCHET, Nicolas. Bill Clinton. In: **US Foreign Policy and Democracy Promotion**. Routledge, p. 159-177, 2013a.

BOUCHET, Nicolas. The democracy tradition in US foreign policy and the Obama presidency. **International Affairs**, v. 89, n. 1, p. 31-51, 2013b.

CAROTHERS, Thomas. Barack Obama. In: **US Foreign Policy and Democracy Promotion**. Routledge, p. 196-213, 2013.

CHAPMAN, Peter. **Bananas: how the United Fruit Company shaped the world**. Open Road+ Grove/Atlantic, 2014.

COX, Michael; LYNCH, Timothy J.; BOUCHET, Nicolas (Ed.). **US foreign policy and democracy promotion: from Theodore Roosevelt to Barack Obama**. Routledge, 2013.

DALACOURA, Katerina. US foreign policy and democracy promotion in the Middle East: Theoretical perspectives and policy recommendations. **Ortadoğu Etütleri**, v. 2, n. 1, p. 57-76, 2010.

DOORENSPLEET, Renske. Reassessing the three waves of democratization. **World Politics**, v. 52, n. 3, p. 384-406, 2000.

DUMBRELL, John. Jimmy Carter. In: **US Foreign Policy and Democracy Promotion**. Routledge, p. 121-137, 2013.

FARIAS, Déborah Barros Leal. Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, p. 105-122, 2008.

FOLLY, Martin. Harry S. Truman. In: **US Foreign Policy and Democracy Promotion**. Routledge, 2013. p. 86-101.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Simon and Schuster, 2006.

FUKUYAMA, Francis; MCFAUL, Michael. Should democracy be promoted or demoted? In: **Bridging the Foreign Policy Divide**. Routledge, 2009. p. 161-182.
GARAMONE, Jim. Biden: NATO Has Never Been More United. **DOD News**, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/2977756/biden-nato-has-never-been-more-united/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

GAST, John. **American Progress**. 1872, Pintura, óleo sobre tela, 44.6 cm x 54.6 cm x 4.7 cm.

GATES, Scott et al. Democratic Waves? Global Patterns of Democratization, 1800–2000. **Mimeograph: Centre for the Study of Civil War, PRIO**, 2007.

GILDERHUS, Mark T. The Monroe doctrine: meanings and implications. **Presidential Studies Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 5-16, 2006.

GUIMARÃES, Bernardo; LADEIRA, Carlos Eduardo. The determinants of IMF fiscal conditionality: Economics or politics? **Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'économique**, v. 54, n. 3, p. 1361-1399, 2021.

HAMILTON, Grant. **Columbia Reaches Out to Oppressed Cuba**. Judge magazine centerfold, 1897.

HUNTINGTON, Samuel P. Democracy's third wave. **Journal of democracy**, v. 2, n. 2, p. 12-34, 1991.

HUNTINGTON, Samuel P. **The third wave: Democratization in the late twentieth century**. University of Oklahoma press, 1993.

JEFFERSON, Thomas; MADISON, James. **The republic of letters: the correspondence between Thomas Jefferson and James Madison, 1776-1826**. WW Norton & Company, 1995.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How democracies die**. Crown, 2019.

LIVINGSTONE, Grace. **America's backyard: the United States and Latin America from the Monroe Doctrine to the War on Terror**. Bloomsbury Publishing, 2009.

LÓPEZ-LEVY, Arturo; ABRAHAMS, Harlan S. Anything but human rights: US policy towards Cuba under helms-burton. **International Journal of Cuban Studies**, p. 315-334, 2010.

LÜHRMANN, Anna; LINDBERG, Staffan I. A third wave of autocratization is here: what is new about it? **Democratization**, v. 26, n. 7, p. 1095-1113, 2019.

LYNCH, Timothy. George W. Bush. In: **US Foreign Policy and Democracy Promotion**. Routledge, p. 178-195, 2013.

MATTHEWSON, Tim. Jefferson and the Nonrecognition of Haiti. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 140, n. 1, p. 22-48, 1996.

MITCHENER, Kris James; WEIDENMIER, Marc. Empire, public goods, and the Roosevelt corollary. **The Journal of Economic History**, v. 65, n. 3, p. 658-692, 2005.

MOURA, Rafael. **Industrialização, desenvolvimento e emparelhamento tecnológico no leste asiático: os casos de Japão, Taiwan, Coreia do Sul e China**. Rio de Janeiro, Ideia, 2021.

NAVARRO, Vicente. Neoliberalism as a class ideology; or the political causes of the growth of inequalities. **International Journal of Health Services**, v. 37, n. 1, p. 47-62, 2007.

NYE JR, Joseph S. Soft power and American foreign policy. **Political science quarterly**, v. 119, n. 2, p. 255-270, 2004.

QUINN, Adam. Theodore Roosevelt. In: **US Foreign Policy and Democracy Promotion**. Routledge, p. 37-52, 2013.

RATNER, Ely. Reaping what you sow: Democratic transitions and foreign policy realignment. **Journal of Conflict Resolution**, v. 53, n. 3, p. 390-418, 2009.

RODRÍGUEZ, Raúl; TARG, Harry. US foreign policy towards Cuba: historical roots, traditional explanations, and alternative perspectives. **International Journal of Cuban Studies**, v. 7, n. 1, p. 16-37, 2015.

ROOSEVELT, Franklin D. Our foreign policy: a democratic view. **Foreign Affairs**, v. 6, n. 4, p. 573-586, 1928.

ROPER, John. John F. Kennedy and Lyndon Johnson. In: **US Foreign Policy and Democracy Promotion**. Routledge, p. 102-120, 2013.

SMITH, Tony. **America's Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy-Expanded Edition**. Princeton University Press, 2012.

SMITH, Tony. Democracy promotion from Wilson to Obama. In: **US Foreign Policy and Democracy Promotion**. Routledge, 2013. p. 13-36.

SKOGSTAD, Grace. Ideas, paradigms, and institutions: agricultural exceptionalism in the European Union and the United States. **Governance**, v. 11, n. 4, p. 463-490, 1998.

THOMPSON, John. Woodrow Wilson. In: **US Foreign Policy and Democracy Promotion**. Routledge, 2013. p. 53-68.

VINE, David. **Base nation: How US military bases abroad harm America and the world**. Metropolitan Books, 2015.